



ESTADO DO MARANHÃO  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
PALÁCIO MANUEL BECKMAN  
**DIÁRIO DA ASSEMBLEIA**



ANO LI - Nº 060 - SÃO LUÍS, QUINTA-FEIRA, 04 DE ABRIL DE 2024. EDIÇÃO DE HOJE: 22 PÁGINAS  
189º ANIVERSÁRIO DE INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO  
23.ª SESSÃO ORDINÁRIA (HÍBRIDA) DA SESSÃO LEGISLATIVA DA 20.ª LEGISLATURA

SUMÁRIO

RELAÇÃO DE ORADORES.....03	REQUERIMENTO.....06
ORDEM DO DIA.....03	INDICAÇÃO.....07
PAUTA.....04	RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA.....21
SESSÃO ORDINÁRIA.....05	PORTARIAS.....21
PROJETO DE LEI.....05	OFÍCIO.....22
PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA.....06	

**MESA DIRETORA**

Deputada Iracema Vale

Presidente

1.º Vice-Presidente: Deputado Rodrigo Lago (PCdoB)	1.º Secretário: Deputado Antônio Pereira (PSB)
2.º Vice-Presidente: Deputado Arnaldo Melo (PP)	2.º Secretário: Deputado Roberto Costa (MDB)
3.º Vice-Presidente: Deputada Fabiana Vilar (PL)	3.º Secretário: Deputado Osmar Filho (PDT)
4.º Vice-Presidente: Deputada Andreia Martins Rezende(PSB)	4.º Secretário: Deputado Guilherme Paz (PATRI)

**BLOCO PARLAMENTAR JUNTOS PELO MARANHÃO**

01. Deputado Aluizio Santos (PL)	14. Deputado Hemetério Weba (PP)
02. Deputada Andreia Martins Rezende (PSB)	15. Deputada Iracema Vale (PSB)
03. Deputado Antônio Pereira (PSB)	16. Deputado Júlio Mendonça (PCdoB)
04. Deputado Ariston (PSB)	17. Deputado Júnior França (PP)
05. Deputado Arnaldo Melo (PP)	18. Deputado Othelino Neto (PCdoB)
06. Deputado Carlos Lula (PSB)	19. Deputado Pará Figueiredo (PL)
07. Deputado Cláudio Cunha (PL)	20. Deputado Rafael (PSB)
08. Deputada Daniella (PSB)	21. Deputado Ricardo Rios (PCdoB)
09. Deputado Davi Brandão (PSB)	22. Deputado Rildo Amaral (PP)
10. Deputado Dr. Yglésio (PSB)	23. Deputado Rodrigo Lago (PCdoB)
11. Deputada Fabiana Vilar (PL)	24. Deputada Solange Almeida (PL)
12. Deputado Florêncio Neto (PSB)	25. Deputada Zé Inácio (PT)
13. Deputado Francisco Nagib (PSB)	

Líder: Deputado Davi Brandão

1º Vice-Líder: Deputado Florêncio Neto

2º Vice-Líder: Deputado Ariston

**BLOCO PARLAMENTAR UNIDOS PELO MARANHÃO**

01. Deputada Cláudia Coutinho (PDT)	07. Deputado João Batista Segundo (PRD)
02. Deputada Dr.ª Vivianne (PDT)	08. Deputado Neto Evangelista (UNIÃO)
03. Deputada Edna Silva (PATRI)	09. Deputado Osmar Filho (PDT)
04. Deputado Glalbert Cutrim (PDT)	10. Deputado Ricardo Arruda (MDB)
05. Deputado Alan da Marisol (PRD)	11. Deputado Roberto Costa (MDB)
06. Deputada Janaína Ramos (Republicanos)	

Líder: Deputado Glalbert Cutrim

**BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO DEMOCRÁTICA**

01. Deputado Ricardo Seidel (PSD)	04. Deputado Leandro Bello (PODE)
02. Deputado Fernando Braide (PSD)	05. Deputada Mical Damasceno (PSD)
03. Deputado Jota Pinto (PODE)	06. Deputado Wellington do Curso (NOVO)

Líder: Deputado Fernando Braide

Vice-Líder: Deputado Wellington do Curso

**LICENCIADOS**

Deputada Abigail (PL) - Secretária de Estado	Deputada Ana do Gás (PCdoB) - Secretária de Estado
Deputado Guilherme Paz (PRD)	Deputado Juscelino Marreca (PATRI)
Deputado Eric Costa (PSD)	Deputado Júnior Cascaria (PODE)

**LIDERANÇA DO GOVERNO**

Líder: Deputado Neto Evangelista (UNIÃO)

Vice-Líder:



# COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

(de acordo com o art. 30 da Resolução Legislativa n.º 599/2010)

## I - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

### Titulares

Deputado Ariston  
Deputado Davi Brandão  
Deputado Dr. Yglésio  
Deputado Florêncio Neto  
Deputado Fernando Braide  
Deputado Neto Evangelista  
Deputado Glalbert Cutrim

### Suplentes

Deputado Ricardo Rios  
Deputado Cláudio Cunha  
Deputado Júlio Mendonça  
Deputado Zé Inácio  
Deputado Leandro Bello  
Deputada Dr.ª. Vivianne  
Deputado Ricardo Arruda

### PRESIDENTE

Dep. Neto Evangelista  
**VICE-PRESIDENTE**  
Dep. Davi Brandão

### REUNIÕES:

Terças-feiras | 14:30  
**SECRETÁRIAS**  
Dulcimar e Célia

## II - Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização e Controle

### PRESIDENTE:

Dep. Ricardo Rios  
**VICE-PRESIDENTE**  
Dep. Zé Inácio

### REUNIÕES:

Segundas-feiras | 16:30  
**SECRETÁRIA**  
Leibe Barros

### Titulares

Deputado Ricardo Rios  
Deputado Zé Inácio  
Deputado Junior França  
Deputado Aluizio Santos  
Deputado Ricardo Seidel  
Deputado Ricardo Arruda  
Deputado Glalbert Cutrim

### Suplentes

Deputado Júlio Mendonça  
Deputado Davi Brandão  
Deputado Florêncio Neto  
Deputado Rafael  
Deputado Leandro Bello  
Deputada Dr.ª. Vivianne  
Deputada Janaina Ramos

## III - Comissão de Educação, Desporto, Ciência e Tecnologia

### Titulares

Deputado Rafael  
Deputado Carlos Lula  
Deputado Pará Figueiredo  
Deputado Davi Brandão  
Deputado Wellington do Curso  
Deputada Cláudia Coutinho  
Deputada Dr.ª. Vivianne

### Suplentes

Deputado Francisco Nagib  
Deputado Rildo Amaral  
Deputado Ariston  
Deputado Aluizio Santos  
Deputada Mical Damasceno  
Deputado Ricardo Arruda  
Deputada Janaina Ramos

### PRESIDENTE

Dep. Rafael  
**VICE-PRESIDENTE**  
Dep. Wellington do Curso

### REUNIÕES:

Quartas-feiras | 08:00  
**SECRETÁRIO**  
Antonio Guimarães

## IV - Comissão de Administração Pública, Seguridade Social e Relações de Trabalho

### PRESIDENTE

Dep. Mical Damasceno  
**VICE-PRESIDENTE**  
Dep. Ricardo Rios

### REUNIÕES:

Terças-feiras | 14:00  
**SECRETÁRIA**  
Nadja Silva

### Titulares

Deputado Júnior França  
Deputado Hemetério Weba  
Deputado Ricardo Rios  
Deputada Solange Almeida  
Deputada Mical Damasceno  
Deputado Glalbert Cutrim  
Deputada Cláudia Coutinho

### Suplentes

Deputado Francisco Nagib  
Deputado Florêncio Neto  
Deputado Carlos Lula  
Deputado Zé Inácio  
Deputado Wellington do Curso  
Deputado Neto Evangelista  
Deputado João Batista Segundo

## V - Comissão de Saúde

### Titulares

Deputado Francisco Nagib  
Deputada Daniella  
Deputado Aluizio Santos  
Deputado Florêncio Neto  
Deputado Wellington do Curso  
Deputada Cláudia Coutinho  
Deputada Dr.ª. Vivianne

### Suplentes

Deputado Hemetério Weba  
Deputado Davi Brandão  
Deputado Francisco Nagib  
Deputado Dr. Yglésio  
Deputado Jota Pinto  
Deputado Glalbert Cutrim  
Deputada Edna Silva

### PRESIDENTE

Dep. Dr.ª Vivianne  
**VICE-PRESIDENTE**  
Dep. Claudia Coutinho

### REUNIÕES:

Quartas-feiras | 14:30  
**SECRETÁRIA**  
Valdenize Dias

## VI - Comissão de Assuntos Municipais e de Desenvolvimento Regional

### PRESIDENTE

Dep. João Batista Segundo  
**VICE-PRESIDENTE**  
Dep. Jota Pinto

### REUNIÕES:

**SECRETÁRIO**  
Francisco Carvalho

### Titulares

Deputado Florêncio Neto  
Deputado Cláudio Cunha  
Deputado Othelino Neto  
Deputado Rildo Amaral  
Deputado Jota Pinto  
Deputado João Batista Segundo  
Deputado Neto Evangelista

### Suplentes

Deputado Aluizio Santos  
Deputado Ariston  
Deputado Júnior França  
Deputado Júlio Mendonça  
Deputado Wellington do Curso  
Deputado Ricardo Arruda  
Deputado Glalbert Cutrim

## VII - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

### Titulares

Deputado Dr. Yglésio  
Deputado Júlio Mendonça  
Deputado Zé Inácio  
Deputado Carlos Lula  
Deputada Mical Damasceno  
Deputada Janaina Ramos  
Deputado Ricardo Arruda

### Suplentes

Deputado Othelino Neto  
Deputado Francisco Nagib  
Deputada Daniella  
Deputado Ariston  
Deputado Ricardo Seidel  
Deputado Neto Evangelista  
Deputada Dr.ª. Vivianne

### PRESIDENTE

Dep. Ricardo Arruda  
**VICE-PRESIDENTE**  
Dep. Carlos Lula

### REUNIÕES:

Quartas-feiras | 08:30  
**SECRETÁRIA**  
Silvana Almeida

## VIII - Comissão de Obras e Serviços Públicos

### PRESIDENTE

Dep. Daniella  
**VICE-PRESIDENTE**  
Dep. Edna Silva

### REUNIÕES:

Terças-feiras | 08:30  
**SECRETÁRIA**  
Dulcimar Cutrim

### Titulares

Deputada Daniella  
Deputado Claudio Cunha  
Deputado Hemetério Weba  
Deputado Júnior França  
Deputado Leandro Bello  
Deputada Edna Silva  
Deputado João Batista Segundo

### Suplentes

Deputado Florêncio Neto  
Deputado Zé Inácio  
Deputado Rildo Amaral  
Deputado Pará Figueiredo  
Deputado Jota Pinto  
Deputado Ricardo Arruda  
Deputada Cláudia Coutinho

## IX - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

### Titulares

Deputado Othelino Neto  
Deputada Solange Almeida  
Deputado Davi Brandão  
Deputado Francisco Nagib  
Deputado Ricardo Seidel  
Deputada Janaina Ramos  
Deputado João Batista Segundo

### Suplentes

Deputado Hemetério Weba  
Deputado Júnior França  
Deputado Pará Figueiredo  
Deputado Júlio Mendonça  
Deputado Jota Pinto  
Deputado Ricardo Arruda  
Deputado Neto Evangelista

### PRESIDENTE

Dep. Janaina Ramos  
**VICE-PRESIDENTE**  
Dep. Francisco Nagib

### REUNIÕES:

Terças-feiras | 08:30  
**SECRETÁRIA**  
Eunes Borges

## X - Comissão de Ética

### PRESIDENTE

Dep. Aluizio Santos  
**VICE-PRESIDENTE**  
Dep. Ricardo Rios

### REUNIÕES:

**SECRETÁRIA**  
Célia Pimentel

### Titulares

Deputado Aluizio Santos  
Deputado Ariston  
Deputado Hemetério Weba  
Deputado Ricardo Rios  
Deputado Ricardo Seidel  
Deputado Neto Evangelista  
Deputado Ricardo Arruda

### Suplentes

Deputado Rafael  
Deputada Solange Almeida  
Deputado Cláudio Cunha  
Deputado Florêncio Neto  
Deputado Fernando Braide  
Deputada Edna Silva  
Deputado Glalbert Cutrim

## XI - Comissão de Assuntos Econômicos

### Titulares

Deputado Júlio Mendonça  
Deputado Cláudio Cunha  
Deputado Francisco Nagib  
Deputado Ariston  
Deputado Jota Pinto  
Deputada Dr.ª. Vivianne  
Deputado Glalbert Cutrim

### Suplentes

Deputado Aluizio Santos  
Deputado Pará Figueiredo  
Deputada Solange Almeida  
Deputado Davi Brandão  
Deputado Fernando Braide  
Deputada Edna Silva  
Deputada Janaina Ramos

### PRESIDENTE

Dep. Júlio Mendonça  
**VICE-PRESIDENTE**  
Dep. Dr.ª Vivianne

### REUNIÕES:

Quartas-feiras | 08:30  
**SECRETÁRIA**  
Lúcia Lopes

## XII - Comissão de Segurança Pública

### PRESIDENTE

Dep. Zé Inácio  
**VICE-PRESIDENTE**  
Dep. Pará Figueiredo

### REUNIÕES:

**SECRETÁRIO**  
Carlos Alberto

### Titulares

Deputado Zé Inácio  
Deputada Daniella  
Deputado Pará Figueiredo  
Deputado Rildo Amaral  
Deputado Wellington do Curso  
Deputada Edna Silva  
Deputada Janaina Ramos

### Suplentes

Deputado Ricardo Rios  
Deputado Florêncio Neto  
Deputado Aluizio Santos  
Deputado Othelino Neto  
Deputado Fernando Braide  
Deputado Ricardo Arruda  
Deputada Cláudia Coutinho

## XIII - Comissão de Turismo e Cultura

### PRESIDENTE

Dep. Fernando Braide

### VICE-PRESIDENTE

Dep. Solange Almeida

### REUNIÕES:

**SECRETÁRIO:**  
Leonel Mesquita Costa

### Titulares

Deputado Carlos Lula  
Deputado Othelino Neto  
Deputada Solange Almeida

### Suplentes

Deputado Rafael  
Deputado Fernando Braide  
Deputada Dr.ª. Viviane  
Deputada Edna Silva

### Suplentes

Deputado Francisco Nagib  
Deputado Dr. Yglésio  
Deputado Cláudio Cunha

### Suplentes

Deputado Júlio Mendonça  
Deputado Ricardo Seidel  
Deputada Cláudia Coutinho  
Deputado Neto Evangelista

**SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04/04/2024 5ª FEIRA****TEMPO DOS BLOCOS PARLAMENTARES**

1. BLOCO PARL. JUNTOS PELO MARANHÃO.....35 MINUTOS
2. BLOCO PARL. UNIDOS PELO MARANHÃO.....16 MINUTOS
3. BLOCO PARL. UNIÃO DEMOCRÁTICA.....09 MINUTOS

**ORDEM DO DIA****SESSÃO ORDINÁRIA (HÍBRIDA) 04/04/2024 – (QUINTA - FEIRA)****I - PROJETO DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO  
2º TURNO - TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA  
VOTAÇÃO NOMINAL (ART. 262 § 1º DO R.L.)**

**1. PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 002/2024, DE AUTORIA DA DEPUTADA IRACEMA VALE, QUE ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO XIII, DO ART. 31, E INCISO I, DO §1º, DO ART. 52, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – RELATOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA.**

[http://sapl.al.ma.leg.br:8080/sapl/sapl\\_documentos/materia/51161\\_texto\\_integral](http://sapl.al.ma.leg.br:8080/sapl/sapl_documentos/materia/51161_texto_integral)

**II - PROJETO DE LEI ORDINÁRIA  
EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO****1º E 2º TURNOS – REGIME DE URGÊNCIA (REQ. Nº 289/2023)**

**2. PROJETO DE LEI Nº 442/2023, DE AUTORIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, QUE DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DE VENCIMENTO BASE DOS CARGOS EFETIVOS, DA CARREIRA DE ESPECIALISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO E DA REMUNERAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA DE QUE TRATAM AS TABELAS A E B DO ANEXO II E O ANEXO III DA LEI Nº 9.936 DE 22 DE OUTUBRO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. COM PARECERES FAVORÁVEIS DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – RELATOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – RELATOR DEPUTADO RICARDO RIOS.**

[http://sapl.al.ma.leg.br:8080/sapl/sapl\\_documentos/materia/42627\\_texto\\_integral](http://sapl.al.ma.leg.br:8080/sapl/sapl_documentos/materia/42627_texto_integral)

**III - PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA  
EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO  
2º TURNO – REGIME DE PRIORIDADE**

**3. PROJETO DE LEI Nº 034/2024, (MENSAGEM Nº 009/2024), DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, QUE ALTERA A LEI Nº 10.213, DE 9 DE MARÇO DE 2015, QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ORGÂNICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DO MARANHÃO, PARA DISPOR SOBRE A VINCULAÇÃO FINALÍSTICA DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO - JUCEMA À SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA – SEFAZ. COM PARECERES FAVORÁVEIS DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – RELATOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA E DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SEGURIDADE SOCIAL E RELAÇÕES DE TRABALHO – RELATORA DEPUTADA MICAL DAMASCENO.**

[http://sapl.al.ma.leg.br:8080/sapl/sapl\\_documentos/materia/50778\\_texto\\_integral](http://sapl.al.ma.leg.br:8080/sapl/sapl_documentos/materia/50778_texto_integral)

**4. PROJETO DE LEI Nº 416/2023, DE AUTORIA DO PODER JUDICIÁRIO, QUE CRIA CARGOS NO QUADRO DO**

**PODER JUDICIÁRIO. COM PARECERES FAVORÁVEIS DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – RELATOR DEPUTADO FERNANDO BRAIDE E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – RELATOR DEPUTADO RICARDO RIOS.**

[http://sapl.al.ma.leg.br:8080/sapl/sapl\\_documentos/materia/42080\\_texto\\_integral](http://sapl.al.ma.leg.br:8080/sapl/sapl_documentos/materia/42080_texto_integral)

**IV - PROJETO DE LEI  
EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO  
2º TURNO – TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA**

**5. PROJETO DE LEI Nº 106/2023, DE AUTORIA DO DEPUTADO CARLOS LULA, QUE DISPÕE SOBRE A RESERVA DE VAGAS PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NOS EDITAIS DE LICITAÇÃO QUE VISEM A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS E TERCEIRIZADOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL DO ESTADO DO MARANHÃO. COM PARECERES FAVORÁVEIS DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – RELATOR DEPUTADO FLORENCIO NETO E DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SEGURIDADE SOCIAL E RELAÇÕES DE TRABALHO – RELATOR DEPUTADO LEANDRO BELLO.**

[http://sapl.al.ma.leg.br:8080/sapl/sapl\\_documentos/materia/50752\\_texto\\_integral](http://sapl.al.ma.leg.br:8080/sapl/sapl_documentos/materia/50752_texto_integral)

**V - PROJETO DE LEI ORDINÁRIA  
EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO****1º TURNO – REGIME DE PRIORIDADE**

**6. PROJETO DE LEI Nº 092/2024, DE AUTORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO, QUE DISPÕE SOBRE A REPOSIÇÃO DE PERDAS INFLACIONÁRIAS NA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DO QUADRO DE APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, ALTERA ANEXOS DA LEI Nº 8.077, DE 07 DE JANEIRO DE 2004 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. COM PARECERES FAVORÁVEIS DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – RELATOR DEPUTADO NETO E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – RELATOR DEPUTADO RICARDO RIOS.**

[http://sapl.al.ma.leg.br:8080/sapl/sapl\\_documentos/materia/51135\\_texto\\_integral](http://sapl.al.ma.leg.br:8080/sapl/sapl_documentos/materia/51135_texto_integral)

**VI - PROJETOS DE LEI  
EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO  
1º TURNO – TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA**

**7. PROJETO DE LEI Nº 844/2023, DE AUTORIA DO DEPUTADO OSMAR FILHO, QUE ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI 10.516/2016 QUE DISPÕE SOBRE UTILIDADE PÚBLICA DE ENTIDADE, COM INTUITO DE ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL E ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO MESMO ARTIGO. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – RELATOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA.**

[http://sapl.al.ma.leg.br:8080/sapl/sapl\\_documentos/materia/47903\\_texto\\_integral](http://sapl.al.ma.leg.br:8080/sapl/sapl_documentos/materia/47903_texto_integral)

**8. PROJETO DE LEI Nº 716/2023, DE AUTORIA DA DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO “SELO DE CONFORMIDADE DIGITAL” PARA EMPRESAS QUE ATUAM NO ESTADO DO MARANHÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – RELATOR DEPUTADO FERNANDO BRAIDE.**

[http://sapl.al.ma.leg.br:8080/sapl/sapl\\_documentos/materia/45594\\_texto\\_integral](http://sapl.al.ma.leg.br:8080/sapl/sapl_documentos/materia/45594_texto_integral)



**9. PROJETO DE LEI Nº 753/2023, DE AUTORIA DA DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA, QUE INSTITUI AS DIRETRIZES DA POLÍTICA ESTADUAL DE ESTÍMULO AO EMPREENDEDORISMO DO JOVEM DO CAMPO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. COM PARECERES FAVORÁVEIS DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – RELATOR DEPUTADO FERNANDO BRAIDE E DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – RELATOR DEPUTADO FRANCISCO NAGIB.**

[http://sapl.al.ma.leg.br:8080/sapl/sapl\\_documentos/materia/45740\\_texto\\_integral](http://sapl.al.ma.leg.br:8080/sapl/sapl_documentos/materia/45740_texto_integral)

**10. PROJETO DE LEI Nº 045/2024, DE AUTORIA DA DEPUTADA IRACEMA VALE, QUE INSTITUI NO ÂMBITO DO ESTADO DO MARANHÃO A SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO E INCENTIVO À AMAMENTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – RELATOR DEPUTADO DAVI BRANDÃO.**

[http://sapl.al.ma.leg.br:8080/sapl/sapl\\_documentos/materia/50804\\_texto\\_integral](http://sapl.al.ma.leg.br:8080/sapl/sapl_documentos/materia/50804_texto_integral)

**VII - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO  
ÚNICO TURNO (ART. 182 DO R.L.)**

**11. PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2024, DE AUTORIA DA MESA DIRETORA, QUE REGULAMENTA A ESCOLHA DE CONSELHEIROS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO INDICADOS PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – RELATOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA.**

[http://sapl.al.ma.leg.br:8080/sapl/sapl\\_documentos/materia/51175\\_texto\\_integral](http://sapl.al.ma.leg.br:8080/sapl/sapl_documentos/materia/51175_texto_integral)

**VIII - PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA  
EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO  
1º TURNO – REGIME DE PRIORIDADE (ART. 135 DO R.L.)**

**12. PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 017/2024, DE AUTORIA DA MESA DIRETORA, QUE ALTERA A REDAÇÃO DOS INCISOS VII E X DO ART. 264 DO REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – RELATOR DEPUTADO FLORÊNCIO NETO.**

[http://sapl.al.ma.leg.br:8080/sapl/sapl\\_documentos/materia/51164\\_texto\\_integral](http://sapl.al.ma.leg.br:8080/sapl/sapl_documentos/materia/51164_texto_integral)

**IX – REQUERIMENTOS À DELIBERAÇÃO DO  
PLENÁRIO**

**13. REQUERIMENTO Nº 135/2024, DE AUTORIA DO DEPUTADO JÚLIO MENDONÇA, SOLICITANDO QUE SEJA REALIZADA UMA SESSÃO SOLENE, COM DATA A SER DEFINIDA COM A MESA DIRETORA E O AUTOR DO REQUERIMENTO, ALUSIVA AOS 40 (QUARENTA) ANOS DE FUNDAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST, ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE LUTAS DOS TRABALHADORES RURAIS E DA SOCIEDADE PARA CONQUISTA DA REFORMA AGRÁRIA E ESTRUTURAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS EXISTENTES NO BRASIL**

**14. REQUERIMENTO Nº 136/2024, DE AUTORIA DO DEPUTADO ROBERTO COSTA, SOLICITANDO QUE SEJA REALIZADA UMA SESSÃO SOLENE, COM DATA A SER DEFINIDA COM A MESA DIRETORA E O AUTOR DO REQUERIMENTO, DESTINADA A HOMENAGEAR OS 52 (CINQUENTA E DOIS) ANOS DA FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS DO ESTADO DO MARANHÃO – FETAEMA, INSTITUIÇÃO RECONHECIDA PELA DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES RURAIS E DA**

**AGRICULTURA FAMILIAR, COM FORTE ATUAÇÃO NO BRASIL E NO MARANHÃO.**

**15. REQUERIMENTO Nº 137/2024, DE AUTORIA DO DEPUTADO ANTÔNIO PEREIRA, SOLICITANDO QUE SEJA REALIZADA UMA SESSÃO SOLENE, COM DATA A SER DEFINIDA COM A MESA DIRETORA E O AUTOR DO REQUERIMENTO, DESTINADA A HOMENAGEAR OS 60 ANOS DE FUNDAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES – CONTAG, ENTIDADE REPRESENTATIVA DOS TRABALHADORES RURAIS E AGRICULTORES FAMILIARES, COM FORTE ATUAÇÃO SINDICAL JUNTO AOS CAMPONESES E RECONHECIDA NACIONALMENTE E INTERNACIONALMENTE PELA DEFESA DO TRABALHADOR RURAL.**

**PAUTA DE PROPOSTA PARA RECEBIMENTO DE  
EMENDAS**

**DATA: 04/04/2024 – QUINTA-FEIRA**

**PRIORIDADE 1º DIA:**

**1. MENSAGEM Nº 016/2024, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, ENVIANDO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 436/2024, QUE ALTERA OS ART. 1º E 5º DA LEI ESTADUAL Nº 8.451, DE 05 DE SETEMBRO DE 2006, QUE CRIA O CONSELHO ESTADUAL DE JUVENTUDE - CEJOVEM NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA JUVENTUDE - SEEJUV E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**ORDINÁRIA 1ª SESSÃO:**

**1. PROJETO DE LEI Nº 164/2024, DE AUTORIA DO DEPUTADO OSMAR FILHO, QUE CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO TRANSFORMAÇÃO SOCIAL, NO ÂMBITO DO ESTADO DO MARANHÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**2. PROJETO DE LEI Nº 165/2024, DE AUTORIA DO DEPUTADO FRANCISCO NAGIB, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CRED MOTOTÁXI LEGAL - PROGRAMA DE CRÉDITO ESPECIAL PARA MOTOTOYS E MOTOTAXISTAS NO ÂMBITO DO ESTADO DO MARANHÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**3. PROJETO DE LEI Nº 166/2024, DE AUTORIA DO DEPUTADO FRANCISCO NAGIB, QUE DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO DIA ESTADUAL DO PSICOPEDAGOGO, A SER COMEMORADO NO DIA 12 DE NOVEMBRO NO ESTADO DO MARANHÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**4. PROJETO DE LEI Nº 167/2024, DE AUTORIA DO DEPUTADO DR. YGLÉSIO, QUE DISPÕE SOBRE O ENVIO DE DADOS, PELAS OPERADORAS DE TELEFONIA MÓVEL QUE OPERAM NO ESTADO DO MARANHÃO, AOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA, NECESSÁRIOS À LOCALIZAÇÃO DE TELEFONES CELULARES E CARTÕES “SIM” E QUE TENHAM RELAÇÕES COM ATIVIDADES CRIMINOSAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**5. PROJETO DE LEI Nº 168/2024, DE AUTORIA DO DEPUTADO DR. YGLÉSIO, QUE DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA RETENÇÃO DE EQUIPAMENTOS (MACAS) DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU, CORPO DE BOMBEIROS E OUTRAS UNIDADES MÓVEIS PRÉ-HOSPITALARES DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE NATUREZA PÚBLICA E PRIVADA.**

**ORDINÁRIA 2ª SESSÃO:**

**1. PROJETO DE LEI Nº 162/2023, DE AUTORIA DO DEPUTADO RAFAEL, QUE DISPÕE SOBRE A POSSIBILIDADE**



DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO ANTECIPAREM O CRÉDITO, MEDIANTE CESSÃO, DECORRENTE DE DEMANDA JUDICIAL MOVIDA PELO ESTADO DO MARANHÃO EM FACE DA UNIÃO FEDERAL QUE TENHA POR OBJETO A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO (FUNDEF), DISPOSTA NA AÇÃO CIVIL ORIGINÁRIA – ACO Nº 661 PERANTE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**2. PROJETO DE LEI Nº 163/2024, DE AUTORIA DO DEPUTADO LEANDRO BELLO, QUE INSTITUI O DIA E A SEMANA ESTADUAL DA CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO PARENTAL, NO ÂMBITO DO ESTADO DO MARANHÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**3. PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 036/2024, DE AUTORIA DO DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO, QUE CONCEDE A MEDALHA DO MÉRITO LEGISLATIVO JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA “CANHOTEIRO” AO SR LUIZ ALBERTO DO NASCIMENTO BRAGA.**

**4. PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 037/2024, DE AUTORIA DO DEPUTADO DR. YGLÉSIO, QUE CONCEDE A MEDALHA DO MÉRITO LEGISLATIVO MANUEL BECKMAN A MICHELLE DE PAULA FIRMINO REINALDO BOLSONARO.**

#### **ORDINÁRIA 3ª SESSÃO:**

**1. PROJETO DE LEI Nº 155/2023, DE AUTORIA DO DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO, QUE INSTITUI O BOLSA NENÉM, NO ÂMBITO DO ESTADO DO MARANHÃO.**

**2. PROJETO DE LEI Nº 156/2023, DE AUTORIA DO DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO, QUE INSTITUI O “DIA ESTADUAL DA SAÚDE DO SONO” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**3. PROJETO DE LEI Nº 157/2023, DE AUTORIA DO DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO, QUE DISPÕE SOBRE O FORNECIMENTO DE KIT DE MATERIAL ESCOLAR NO ÂMBITO DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO NO ESTADO DO MARANHÃO.**

**4. PROJETO DE LEI Nº 158/2023, DE AUTORIA DO DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE PROTEÇÃO EM HOSPITAIS E MATERNIDADES PARA REALIZAREM EXAMES QUE IDENTIFICAM COMORBIDADES DE ALTO RISCO EM CRIANÇAS NASCIDAS COM SÍNDROME DE DOWN.**

**5. PROJETO DE LEI Nº 159/2024, DE AUTORIA DO DEPUTADO DAVI BRANDÃO, QUE INSTITUI O DIA ESTADUAL DO FOOT VOLEY**

**6. PROJETO DE LEI Nº 160/2024, DE AUTORIA DO DEPUTADO DAVI BRANDÃO, QUE INSTITUI O PROGRAMA DE DEFESA PESSOAL PARA MULHERES VÍTIMAS OU AMEAÇADAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.**

**7. PROJETO DE LEI Nº 161/2024, DE AUTORIA DO DEPUTADO DAVI BRANDÃO, QUE DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA CAMPANHA “SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO E PREVENÇÃO CONTRA CRUELDADE AOS ANIMAIS”, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**DIRETORIA GERAL DA MESA, PALÁCIO MANUEL BECKMAN, EM 04 DE ABRIL DE 2024.**

Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Vigésima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada em três de abril de dois mil e vinte quatro.

Presidente, em exercício, Senhor Deputado Antônio Pereira

Primeiro Secretário, em exercício, Senhor Deputado Júlio Mendonça

Segundo Secretário, em exercício, Senhor Deputado Ricardo Arruda

Às nove horas e trinta minutos, presentes os Senhores (as) Deputados (as): Alan da Marissol, Aluizio Santos, Andreia Martins Rezende, Antônio Pereira, Ariston, Arnaldo Melo, Carlos Lula, Cláudia Coutinho, Cláudio Cunha, Daniella, Davi Brandão, Doutor Yglésio, Doutora Vivianne, Edna Silva, Fabiana Vilar, Fernando Braide, Florêncio Neto, Francisco Nagib, Hemetério Weba, Iracema Vale, Janaína Ramos, João Batista Segundo, Jota Pinto, Júlio Mendonça, Júnior França, Leandro Bello, Neto Evangelista, Othelino Neto, Pará Figueiredo, Rafael, Ricardo Arruda, Ricardo Rios, Ricardo Seidel, Roberto Costa, Rodrigo Lago, Solange Almeida, Wellington do Curso e Zé Inacio. Ausentes os Senhores Deputados Glabert Cutrim, Mical Damasceno, Osmar Filho e Rildo Amaral.

#### **I – ABERTURA.**

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO ANTÔNIO PEREIRA - Em nome do povo e invocando a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o senhor Segundo Secretário para fazer a leitura do Texto Bíblico e da Ata da Sessão anterior.

O SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO DEPUTADO RICARDO ARRUDA (lê Texto Bíblico e Ata) - Ata lida, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO ANTÔNIO PEREIRA - Ata lida e considerada aprovada. Com a palavra, o senhor Primeiro Secretário para fazer a leitura do Expediente.

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO DEPUTADO JÚLIO MENDONÇA – (lê Expediente).

#### **II – EXPEDIENTE.**

##### **PROJETO DE LEI Nº 169 /2024**

Estabelece princípios, objetivos e prioridades para o desenvolvimento de cidades inteligentes no Estado do Maranhão.

Art. 1º Esta lei estabelece os princípios, os objetivos e as prioridades para a Política Estadual de Desenvolvimento de Cidades Inteligentes no Estado – Maranhão Inteligente.

Parágrafo único. Para fins do disposto nesta lei, considera-se cidade inteligente aquela que emprega soluções tecnológicas em sua infraestrutura e interconecta serviços públicos para melhorar a qualidade de vida de seus habitantes, otimizar recursos e promover o desenvolvimento social e econômico sustentável por todo o seu território, de modo inclusivo, participativo, transparente, seguro e inovador.

Art. 2º São princípios a serem respeitados na construção da infraestrutura e na instalação de dispositivos para cidades inteligentes:

I – a prevalência dos interesses coletivos no desenvolvimento das cidades;

II – o fomento ao desenvolvimento harmonioso do território urbano, com a mitigação do direcionamento exclusivo de recursos para as áreas de maior atratividade econômica;

III – o equilíbrio da oferta de infraestrutura e de serviços sociais na cidade, garantindo o acesso a todos os cidadãos;

IV – a garantia dos direitos à privacidade e à inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem dos cidadãos;

V – a garantia da segurança dos dados;

VI – o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação;

VII – a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor;

VIII – o incentivo à diversidade de ideias e à criatividade;

IX – a inclusão digital e socioeconômica;

X – a transparência e a publicidade de dados e informações,



assegurada em política de dados abertos, sem prejuízo à privacidade e à segurança da população e dos dados.

Art. 3º São objetivos desta lei:

I – estimular o desenvolvimento colaborativo entre sociedade, empresas investidoras e municípios de todo o Estado;

II – garantir a liberdade de escolha, a livre iniciativa, a economia de mercado e a defesa do consumidor dos serviços urbanos;

III – desenvolver a pluralidade e a eficiência de soluções de serviços, equipamentos e dispositivos no município;

IV – fomentar os investimentos externos, o empreendedorismo e a prosperidade econômica das cidades do Estado;

V – elevar a competitividade e a inserção internacional das cidades;

VI – disseminar a inovação da administração pública em benefício da sociedade;

VII – estimular a criatividade, por meio de fomento à colaboração, busca de parcerias e gestão de conhecimento, com foco no cidadão;

VIII – reduzir barreiras à inovação e ao empreendedorismo, estimular o desenvolvimento de startups e fomentar a criação de ambiente regulatório experimental, nos termos da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021;

IX – fortalecer os arranjos produtivos locais, propiciando sua inserção na economia digital e na governança das cidades e regiões metropolitanas;

X – ampliar o governo eletrônico com transparência, segurança e privacidade dos dados e sistemas.

Art. 4º São prioridades para a implantação da infraestrutura e dos dispositivos inteligentes:

I – gerar dados para o planejamento urbano e metropolitano eficiente e preciso;

II – estimular o desenvolvimento de infraestrutura urbana;

III – priorizar as ações nas áreas de saúde e educação por meio de infraestrutura e aplicações de uso individual;

IV – facilitar a integração entre os entes públicos e privados para o desenvolvimento de infraestrutura;

V – preservar e conservar o meio ambiente natural e o patrimônio cultural na implantação de infraestrutura inteligente;

VI – incentivar o empreendedorismo, privilegiando empresários individuais e pequenas e médias empresas;

VII – fomentar o investimento de capitais para execução e melhoria de infraestrutura urbana;

VIII – desenvolver tecnologias para o engajamento social e a melhoria da democracia;

IX – ter como meta a segurança de dados e a criação de parâmetros precisos para medição dos serviços e estabilidade dos sistemas;

X – proteger a privacidade do cidadão, os dados coletivos e os dados pessoais captados.

Ar. 5º A coleta e a utilização de informações nas cidades inteligentes obedecerá aos ditames da Lei Federal nº 13.709, de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Art. 6º O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Deputado Nagib Haickel, do Palácio Manuel Beckman, em São Luís, 01 de abril de 2024. - **LEANDRO BELLO** - Deputado Estadual

#### JUSTIFICATIVA

Trata-se de proposição objetivando proporcionar um ambiente urbano que promova o desenvolvimento humano, use os recursos naturais de forma sustentável e impulse a economia local.

As chamadas “cidades inteligentes” têm como alguns de seus pilares a eficiência energética, a promoção de qualidade de vida e a preocupação com [sustentabilidade](#) ambiental, social e econômica.

As Cidades Inteligentes criam um conjunto de possibilidades de

usos das cidades sem precedentes, que demandam uma regulamentação, ao mesmo tempo em que criam uma possibilidade única de equilibrar a distribuição de recursos, particularmente numa cidade carente de infraestrutura como a nossa, com enormes desequilíbrios entre as zonas, motivados pelo seu crescimento sem planejamento, e que criaram demandas de habitação e transporte impossíveis de serem atendidos sem uma visão ampla e global da cidade.

Paralelamente, existem inúmeras oportunidades de negócio a partir da implementação de infraestrutura e equipamentos inteligentes na cidade, que devem ser direcionados para as áreas prioritárias, mas que também devem ser incentivados, gerando crescimento econômico e desenvolvimento social, em direção a uma cidade próspera.

Ressalta-se que, uma Cidade Inteligente é, portanto, não somente uma cidade que possua equipamentos inteligentes espalhados pela sua área, mas sim a cidade que usa esses recursos de maneira inteligente, sustentável, para o seu melhor planejamento e crescimento, que vise o desenvolvimento social e não somente o desenvolvimento econômico, e que não priorize somente uma região, mas que traga um maior equilíbrio no seu território.

Em relação ao aspecto da competência, observa-se que o estado possui autonomia para legislar sobre a matéria versada no projeto de lei em análise, eis que se trata, primordialmente, de tema inerente ao direito ambiental e urbanístico, matérias que se encontram na competência residual do estado, prevista no art. 25, § 1º, da Constituição da República.

Ademais, a instituição de política pública estadual, mediante projeto de lei de iniciativa parlamentar, torna-se juridicamente viável contanto que a política se restrinja à definição de diretrizes, parâmetros e objetivos.

Nestes termos, contamos com o apoio dos Excelentíssimos Parlamentares para a aprovação deste Projeto de Lei, por se tratar de medida de relevante interesse social. Assim sendo, submetemos à consideração do Plenário desta Casa Legislativa a presente proposição.

Plenário Deputado Nagib Haickel, do Palácio Manuel Beckman, em São Luís, 01 de abril de 2024. - **LEANDRO BELLO** - Deputado Estadual

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 038 /2024

Altera o Anexo I da Resolução Legislativa nº 563/08 e dá outras providências.

Art. 1º - O Auditório da Creche Escola Sementinha, de que trata o Anexo I da Resolução Legislativa nº 563, de 18 de dezembro de 2008, que regulamenta a denominação dos espaços e ambientes da Sede da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, passa a denominar-se “**Auditório Clarice Haickel**”.

Art. 2º - Esta Resolução Legislativa entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, em 02 de abril de 2024. - Antônio Pereira - Deputado Estadual

#### REQUERIMENTO Nº 134 /2024

Senhora Presidente,

Nos termos do art. 158, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, requero a Vossa Excelência, que após a apreciação da Mesa, seja realizada audiência da Comissão de Segurança Pública, com o objetivo de ouvir os esclarecimentos acerca de blitz realizada na cidade de Araíoses, sob comando do BPRV, em que Elisa Machado, pré-candidata a vereadora, afirma ter livrado dezenas de motos de serem multadas e apreendidas.

Proponho para a audiência a presença do Cel. PM Renato



Abrantes Campos, Comandante do Batalhão de Polícia Rodoviária Estadual (BPRV).

#### JUSTIFICATIVA

No último dia 28 de março (quinta-feira), um vídeo ganhou ampla repercussão nas redes sociais. Realizada na cidade de Araiões, a gravação mostra Elisa Machado, pré-candidata a vereadora, em uma blitz do Batalhão de Polícia Militar Rodoviária (BPRV), dizendo: “Eu vou falar aqui uma coisa pra vocês... Eu, graças à Deus, liguei pra São Luís... Pro meu primo Márcio Machado... Ele pegou, ligou pro Governador e foi liberado todas as motos. As motos todas que estavam presas foram liberadas através do Governador, do Dr. Márcio Machado e através da Elisa Machado”.

Ainda de acordo com as imagens, é possível notar a presença de veículos do BPRV e de policiais militares durante a fiscalização que apreendeu motos com documentação irregular, condutores sem habilitação ou sem capacetes.

Diante deste fato que estarrece a todos, se faz imperiosa a realização de audiência para que o Comandante do BPRV possa esclarecer todos os pontos acerca do ocorrido.

Plenário Deputado Nagib Haickel, do Palácio Manuel Beckman, em São Luís, 01 de abril de 2024. - **Othelino Neto** - Deputado Estadual

#### **REQUERIMENTO Nº 135 /2024**

Senhora Presidenta,

Nos termos do Regimento Interno desta Casa Legislativa, requero a Vossa Excelência que, após deliberação do em Plenário, que seja realizada uma Sessão Solene, com data a ser definida com a Mesa Diretora e o autor do Requerimento, alusiva aos 40 (quarenta) anos de fundação do **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST**, organização social de luta dos trabalhadores rurais e da sociedade para conquista da Reforma Agrária e estruturação dos Assentamentos existente no Brasil, devendo ser convidados os representantes do MST e, autoridades públicas e a Sociedade Civil organizada que luta pela Reforma Agrária no Brasil.

Assembleia Legislativa do Maranhão, em 03 de abril de 2024 - **Júlio Mendonça** - Deputado Estadual

#### **REQUERIMENTO Nº 136 /2024**

Senhora Presidenta,

Nos termos do Regimento Interno desta Casa Legislativa, requero a Vossa Excelência que, após deliberação do em Plenário, que seja realizada uma Sessão Solene, com data a ser definida com a Mesa Diretora e o autor do Requerimento, destinada a homenagear os 52 (cinquenta e dois) anos da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão – **FETAEMA**, instituição reconhecida pela defesa dos direitos dos trabalhadores rurais e da agricultura familiar, com forte atuação no Brasil e no Maranhão, com representação em quase todos os municípios do Estado, devendo ser convidados autoridades públicas com atuação no meio rural e representantes sindicais e os trabalhadores de modo geral.

Assembleia Legislativa do Maranhão, em 03 de abril de 2024 - **Roberto Costa** - Deputado Estadual

#### **REQUERIMENTO Nº 137 /2024**

Senhora Presidenta,

Nos termos do Regimento Interno desta Casa Legislativa, requero a Vossa Excelência que, após deliberação do em Plenário, que

seja realizada uma Sessão Solene, com data a ser definida com a Mesa Diretora e o autor do Requerimento, destinada a homenagear os 60 anos de fundação da **Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – CONTAG**, entidade representativa dos trabalhadores rurais e agricultores familiares, com forte atuação sindical junto aos camponeses e reconhecida nacionalmente e internacionalmente pela defesa do trabalhador rural, devendo serem convidados para a solenidade os representantes ligados a CONTAG, ao meio rural e autoridades públicas ligadas ao setor.

Plenário Nagib Haickel, em 03 de abril de 2024 - **Antonio Pereira** - Deputado Estadual

#### **INDICAÇÃO Nº 348 /2024**

Senhora Presidente,

Nos termos do Art. 152 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, solicitamos que, após ouvida a Mesa, a presente indicação seja encaminhada aos **PARLAMENTARES DA BANCADA MARANHENSE NO SENADO FEDERAL E A BANCADA MARANHENSE NA CÂMARA DOS DEPUTADOS**, solicitando que aprecie a possibilidade de **VOTAÇÃO CONTRA O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 12/2024** que dispõe sobre a relação de trabalho intermediado por empresas operadoras de aplicativos de transporte remunerado privado individual de passageiros em veículos automotores de quatro rodas e estabelece mecanismos de inclusão previdenciária e outros direitos para melhoria das condições de trabalho.

O conteúdo do texto não traz benefícios e vantagens para o motorista, a não ser a criação da categoria, e algumas mínimas questões olhando para o trabalhador por aplicativo. Ele traz um balizamento negativo, onde o motorista ganha o quilômetro que ele roda por quilômetro rodado. E o texto hoje fala em ganho por hora trabalhada em R\$ 32,10 a hora trabalhada.

Ante o exposto, justifica-se a presente proposição.

Assembleia Legislativa em 27 de março de 2024. - **WELLINGTON DO CURSO** - Deputado Estadual

**NA FORMA DO ART. 152 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.**

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO DEPUTADO JÚLIO MENDONÇA – Expediente lido, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO ANTÔNIO PEREIRA – Expediente lido e encaminhado à publicação.

#### **III – PEQUENO EXPEDIENTE.**

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO ANTÔNIO PEREIRA – Oradores inscritos, no Pequeno Expediente, deputado Júlio Mendonça, por até 5 minutos, sem direito a aparte. Vossa Excelência, deputado Júlio, pode escolher a tribuna que melhor lhe convier.

O SENHOR DEPUTADO JÚLIO MENDONÇA (sem revisão do orador) - Senhor presidente, senhores demais membros da Mesa, bom dia! Bom dia a todos, caros colegas, deputados, deputadas, imprensa, internautas aqui presentes. Subo, mais uma vez, aqui a essa tribuna, nesse momento, para fazer uma grave denúncia, que chegou até o nosso gabinete, por meio de vários sindicatos dos trabalhadores rurais do Maranhão e que diz respeito a utilização indevida de agrotóxicos por aeronaves. É importante ressaltar, que hoje existe uma preocupação mundial, inclusive do agronegócio, deputado Wellington, no sentido



de que possamos cada vez mais produzir com qualidade. E isso é a preocupação da maioria dos empresários. E eu fico feliz que, hoje, a grande maioria dos empresários do agro do Maranhão têm uma postura responsável, não só para o seu negócio, mas também com entorno, com as comunidades, com as pessoas que trabalham diretamente ou indiretamente, os chamados em stakeholders, tudo que envolve a produção de alimentos. Mas chegou até nós, durante esses dias, uma denúncia. E aqui eu quero passar um vídeo. Por favor, é possível passar o vídeo aí? O áudio aqui, por favor. Aqui nós podemos ver uma aeronave pulverizando defensivos agrícolas para não chamar de veneno, porque eu quero chamar nos termos mais técnicos. Ao lado, tem várias comunidades, no município de Timbiras. É necessário que nós tenhamos a devida responsabilidade para a utilização desses equipamentos, principalmente em áreas onde existem comunidades. E o que acontece é que, infelizmente, alguns empresários, de forma maldosa, utilizam esse procedimento para dificultar a permanência das comunidades, das pessoas que ali moram. Repito: é uma minoria de empresários que fazem isso, a grande maioria está comprometida. E aqui chego até mim que, em Timbiras, as comunidades de Santa Vitória, São José, Baixa Nova, Jabuti e Capinzal teriam sido acometidas inclusive com prejuízo das suas lavouras de mandioca e milho de subsistência, assim como Codó. Aqui eu quero a colaboração do deputado Nagib, se ele estiver aqui, as comunidades de São Paulo, Axixá, Poraquê, Santa Joana, Raposa, Boqueirão de Vieira e São Benedito dos Colocados. Essa prática, infelizmente, não é particularidade somente desses municípios, isso vem acontecendo fortemente no Baixo Parnaíba, mais precisamente nos municípios de São Bernardo e Urbano Santos também com as comunidades afetadas diretamente. Então, eu estou requerendo à Sagrima que faça o cadastro, deputado Neto, das empresas que fazem a pulverização aérea, porque a suspeita, deputado Florêncio, é de que a maior parte seja feita de forma clandestina. Nós queremos que seja feito de forma responsável. Nós entendemos a importância do controle de pragas e doenças nas lavouras, mas queremos que seja feito sem prejuízo das comunidades. Não podemos aqui demonizar todo o agronegócio, pelo contrário, é uma pequena minoria irresponsável e criminoso que utiliza de forma indiscriminada, prejudicando várias comunidades. Então, fica aqui a nossa denúncia. Nós estivemos hoje na Sema, com o secretário Pedro Chagas, e estamos requerendo o cadastro pela Sagrima de todas as empresas que fazem a utilização de aeronaves para pulverização aérea em nosso estado, para que a gente possa identificar e saber quem está usando, como está sendo usado, o que se está usando, porque nós não temos aparentemente nenhum controle sobre isso, com prejuízo para centenas de famílias de agricultores familiares que sobrevivem da sua lavoura e que têm nos resquícios da pulverização prejuízo para sua saúde, como vai acontecer nas comunidades do Baixo Parnaíba e em vários municípios. Obrigado, senhor presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO ANTÔNIO PEREIRA – Deputado, V. Ex.<sup>a</sup> pode ficar. Ainda no Pequeno Expediente, deputado Jota Pinto, inscrito por até cinco minutos, sem direito a apartes.

O SENHOR DEPUTADO JOTA PINTO (sem revisão do orador) – Senhor Presidente, senhores Membros da Mesa, senhores Deputados, Deputadas, imprensa, todos que nos assistem pela TV Assembleia, internautas. Senhor Presidente, ontem tive alegria de participar, no Palácio Henrique de Lá Rocque, de mais um grande anúncio, que foi o lançamento da Nota Solidária. Essa Nota Solidária vai trazer muitos benefícios não só para as entidades, mas também, principalmente, para os consumidores. Essa Nota Solidária, além de ajudar as entidades do Estado do Maranhão com o percentual desse valor que retorna para ajudar as entidades na área desportiva, na área social, no balé, como vimos ontem, vai ajudar a fortalecer, fomentar essas entidades a fazerem muito mais pelo social no Estado do Maranhão. E aí o mais importante: o braço e a mão do Governo do Estado ajudando essas entidades. Já têm praticamente quase 300 entidades já escritas, e a tendência é aumentar muito mais essas entidades, elas é estarem aptas para poder estarem nesse programa da Nota Solidária aqui no Estado do Maranhão. É um grande Marco do Governo do Estado, que continua

com mais essa grande ação na área social. E eu acredito que é dessa forma que nós vamos continuar fazendo com que essas entidades, que estão lá na ponta, possam vir muito mais ajudar as nossas comunidades mais carentes. É nas comunidades que as coisas acontecem; é nas comunidades que gente sabe das verdadeiras necessidades. E o Governo do Estado enxergou isto. E com essa Nota Solidária eu tenho certeza absoluta que vamos ajudar muitas pessoas aqui no estado do Maranhão, principalmente as pessoas mais carentes. Importante é que, quando você pede essa nota fiscal, 2% a 3 % volta para você, e esse crédito você poderá também estar abatendo no seu IPVA, em alguns pagamentos que você faz. Portanto, ganham as entidades, ganha a sociedade no geral, ganha o consumidor e ganha e faz um gol de placa o Governo do Estado com mais esse grande anúncio da Nota Solidária. Parabéns ao Governo do Estado do Maranhão. Parabéns a todas as entidades que se estão cadastradas e que estão nesse programa do Governo.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO ANTÔNIO PEREIRA – Obrigado, Deputado Jota Pinto. Inscrito no Pequeno Expediente o Deputado Fernando Braide por até cinco minutos, sem direito a apartes. Com a palavra, o Deputado.

O SENHOR DEPUTADO FERNANDO BRAIDE (sem revisão do orador) - Bom dia, senhoras e senhores, Deputado Dr. Antônio Pereira, hoje na presidência dos trabalhos, todos que nos acompanham, imprensa, os que nos acompanham também de forma virtual. Fui informado por minha assessoria jurídica que estava dando acompanhamento sobre o precatório do Fundef, do Governo do Estado, recurso esse que os professores já estão fazendo conta, inclusive tem uma medida chegando, aqui na Casa, para que os professores já consigam até adiantar esse recurso, uma espécie de empréstimo. Mas eu tive uma notícia que me deixou muito triste. O Governo do Estado entrou com uma medida judicial, assim que o Ministro Kássio Nunes Marques deu a decisão dele sobre a utilização do recurso do Fundef, e o Governo do Estado entrou com uma medida judicial para poder ainda assim tentar retirar uma parte do dinheiro da educação do nosso estado. Valor esse que está tentando ser retirado de aproximadamente um bilhão. Dinheiro esse que é para ser para manutenção e desenvolvimento do ensino, ou seja, é aquele recurso que eu já vinha brigando para que o Governo do Estado aplique para que acabe com as escolas de taipa do nosso Estado, mas, pelo visto, o Governo não está tentando acabar com as escolas de taipa, e ainda está, por consequência da sua medida judicial, atrasando o dinheiro dos professores. E vai atrasar em um ano o recebimento desse dinheiro do precatório do Fundef dos professores. Dinheiro tão sonhado que, há vários anos eles estão esperando, mas, por causa dessa Medida Judicial, tudo indica que vai ocorrer o atraso de mais um ano. Então, essa foi a notícia que eu recebi da minha Assessoria. Fui atrás para ver dos embargos que o Governo do Estado entrou e foram as informações que eu consegui obter agora. Então, espero também que o Governo do Estado consiga se posicionar sobre esse assunto e deixar os professores e a população informada do que vem tentando se utilizar e pra quê do dinheiro da educação do nosso estado. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Próximo orador inscrito, convido o deputado Wellington do Curso, por até cinco minutos, sem direito a apartes.

O SENHOR DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO (sem revisão do orador) - Senhoras e senhores, deputados, deputadas, imprensa, internautas, nosso mais cordial bom dia. Que Deus seja louvado, que Deus estenda suas mãos poderosas sobre o estado do Maranhão. Pode soltar o vídeo, por gentileza. Vou ler a carta para que ela possa constar nos Anais desta Casa. *Homens e mulheres que largaram seus empregos, largaram suas faculdades para se dedicar à Polícia Militar do Estado do Maranhão. Quarta-feira, 27 de março de 2024, hoje foi o dia em que 600 pais e mães de família choraram de alegria ao verem seus nomes publicados no Diário Oficial. Hoje, 600 pessoas se tornaram policiais militares no Maranhão. Hoje também foi o dia de 140 pais e mães de família ainda do certame de 2012 chorarem de tristeza mais uma vez, pois não foram incluídos ainda os sub judice de 2012 e 2017. Quanto tempo mais teremos de esperar por nossa nomeação? De 2012 para cá, quantos anos já se passaram? E nós nunca desistimos. De 2012,*



nosso TAF foi de 2016, exames médicos, odontológicos e psicotécnicos somente 2017, ou seja, tivemos que esperar mais de um ano para que, graça ao empenho da Comissão de Segurança da Assembleia Legislativa, composta na época pelos deputados Wellington do Curso, Júnior Verde e Cabo Campos, serem convocados administrativamente para o curso de formação de 2018, além da nossa convocação para investigação social também em 2018. De lá para cá, passaram-se 5 anos e 11 meses, já aguardam desde 2012. Só aí já são 12 anos. Depois do curso de formação, já se passaram mais 5 anos. Será que tudo foi em vão? Cada etapa eliminatória do certame de 2012 vencida, cada gota de suor gasta em cada etapa, principalmente o custo em 2018, nas corridas de 10 quilômetros pelas ruas, como mostram aqui os vídeos. Será que foi em vão? E chegaram à cidade sem conhecimento, sem ter onde dormir, sem ter onde comer. Será que foi em vão? Acordar de madrugada para não se atrasar e dormir de madrugada, estudando para 12 provas objetivas eliminatórias durante o curso de formação. Todo sol no rosto, toda fome e outros tipos de privações que passamos no curso de formação, será que foi tudo em vão? E toda nossa dedicação para sermos aprovados e tudo que passamos para chegar ao curso de formação, será que foi em vão? Como dói ver nossos vídeos durante o curso de formação em que vibrávamos todas e todos de uma só vez, as canções militares com a viatura e os policiais em frente. Mesmo que já estivéssemos roucos e exaustos, sempre dávamos o nosso melhor. Como dói saber que nós fomos esquecidos. Só nós sabemos o que vivemos e, embora tenhamos passado 5 anos 11 meses e 10 dias, se fecharmos os olhos ao som do vídeo do nosso curso de formação, nós conseguimos sentir o sol do meio-dia nos queimando, a exaustão depois da educação física, mas, principalmente, conseguimos sentir a felicidade de estar no CFD. A sensação de ser o policial militar do Maranhão, olhar nossos nomes na lista de convocação, esses foram os momentos mais felizes de nossas vidas. Mas, infelizmente, não dá para esquecer tudo isso. Digo “infelizmente” porque algum de nós já chegou a dizer que, se pudéssemos voltar no tempo, não teríamos ido. De 2018 para cá, que foi o curso de formação, só houve 4 nomeações. Nenhuma delas, de 2014, sub judice, e 2012 convocado administrativamente pelo CFD, estava no cronograma. Alguns poucos que entraram foram por ordem judicial. Se o Estado não tinha intenção de nomear, por que convocar? E, se tinha intenção de nomear, onde está o cronograma de nomeação até hoje? O que falta para sermos nomeados? O direito à nomeação, o Estado sabe que temos, mas por que ninguém diz nada? Por que se passaram 6 anos e não há nenhuma reunião com o Governo e com os sub judice. Se fizemos o curso de formação junto com o cadastro de reserva, por que não estamos sendo incluídos nas nomeações? Nos receba, Governador Carlos Brandão para uma reunião. Nós temos o direito. Nós temos um sonho. Nós pagamos o preço. Nós estamos aptos em todas as etapas no curso de formação da PM. O Maranhão precisa de nós, e nós estamos prontos para servir. Não pergunte se somos capazes, dê-nos a missão. Essa é a situação do curso de formação, inclusive, uma manifestação pacífica em frente ao palácio, onde todos aprovados fizeram a manifestação para sensibilizar o Governo do Estado. A nossa luta permanente continua em nome dos sub judice 2012, sub judice 2017, 2018, reposição da lista. Ontem eu fui pessoalmente. Muitos são faltosos, passaram em outros concursos. Reposição da lista. Então, há necessidade de o Governo do Estado refazer essa listagem, ter um cronograma para refazer a lista agora em abril e também da quantidade que vai ficar faltando. Eu creio que menos de 500 ficarão faltando para serem nomeados. Ontem eu recebi também uma solicitação de muitos professores aprovados no concurso da UEMA. O concurso está expirando agora em abril. Muitos vão perder o prazo. Contamos com a sensibilidade do Governador Carlos Brandão. Nomeação de todos aprovados na Polícia Militar, Polícia Civil, IMPREV, SEGEP, AGED, Procon, Detran, professores da UEMA e também da Assembleia Legislativa. Realizamos o concurso e a banca já anunciou que agora em abril teremos a nomeação. Então, a luta pela nomeação de todos os aprovados nos concursos no Estado do Maranhão. Senhor Presidente, tem mais alguém inscrito, me conceda mais 1 minuto por gentileza. Colega de Parlamento Fernando Braide,

trouxe uma temática importante, de uma luta permanente aqui nesta Casa, que é a com relação aos precatórios do Fundef. E é bom que todos os Deputados estejam atentos com relação aos precatórios do Fundef? Por quê? O Governo do Estado já recebeu em conta um bilhão e 742 milhões de reais. Já tem pronto para destinar para os professores um bilhão e 50 milhões de reais. Para tratar de assuntos de manutenção na educação tem quase R\$ 700 milhões. Só que tudo isso pode travar tendo em vista o recurso que o Governo do Estado tem na justiça, no STF, para buscar um recurso que é controverso. Este controverso é simplesmente aquele recurso que a União não reconhecia, e que o Governo ficou brigando na justiça. A União chamou o Estado para negociar e para abrir mão de mais de 1 bilhão de reais para receber 500 milhões de reais. E essa decisão com certeza pode atrasar, pode prejudicar os professores. Então é preciso que o líder do Governo faça a explicação para os deputados, para os professores, para a população. E nós temos uma audiência que solicitamos. E essa audiência será preponderante na Comissão de Educação para o líder do Governo, para o Secretário de Educação do Estado, para os sindicatos, representantes dos professores, Ministério Público, a Promotoria de Educação, Defensoria Pública ligada à educação, todos possam acompanhar. Os professores do Maranhão não poderão ser prejudicados e não serão prejudicados. Estamos fiscalizando, estamos acompanhando e queremos explicação por parte do Governo do Estado com relação aos recursos e aplicação dos recursos dos precatórios do Fundeb. É o que tinha para o momento, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Não há mais oradores inscritos no Pequeno Expediente. Vamos passar a Ordem do Dia. Tivemos um pequeno problema no painel eletrônico, aqui da Mesa. Suspendo, por dois minutos, para reiniciar o sistema. Reaberta a Sessão.

#### IV – ORDEM DO DIA.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Passemos a Ordem do Dia. Projeto de Lei em discussão e votação, em primeiro e segundo turno, regime de urgência. Projeto de Lei nº580/2023, de autoria do Deputado Neto Evangelista (lê). Com pareceres favoráveis às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, acatando emenda supressiva. Relator Deputado Florêncio Neto e de Educação, Desporto, Ciência e Tecnologia, Relator Deputado Wellington do Curso. Em discussão. Em votação. As Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Vai à sanção. Vai à redação final, perdão, houve emenda supressiva. Projeto de Lei em discussão e votação, em segundo turno, tramitação ordinária. Projeto de Lei nº048/2024, de autoria da Deputada Iracema Vale. Fica transferida para a próxima Ordem do Dia. Projeto de Lei nº 847/2023, de autoria da Deputada Fabiana Vilar (lê). Com Parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Relator Deputado Ariston. Em discussão. Em votação. As senhoras deputadas e os senhores deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Vai à sanção. Projeto de Lei nº 489/2023, de autoria da deputada Solange Almeida (lê), com pareceres favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, relator deputado Florêncio Neto, e de Educação, Desporto, Ciência e Tecnologia, deputado Júlio Mendonça. Em discussão. Em votação. As senhoras deputadas e os senhores deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Vai à sanção. Projeto de Lei nº 695/2023, de autoria da deputada Solange Almeida (lê), com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, relator deputado Davi Brandão. Em discussão. Em votação. As senhoras deputadas e os senhores deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Vai à sanção. Projeto de Lei 735/2023, de autoria da deputada Solange Almeida (lê), com pareceres favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, acatando emenda substitutiva, relator deputado Florêncio Neto, e de Assuntos Econômicos, relator deputado Ariston. Em discussão. Em votação. As senhoras deputadas e os senhores deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Vai à redação final. Retificando o



item 2 da pauta, também será colocado em discussão e votação. Passo à leitura do projeto. Tinha anunciado que seria transferido para a próxima Ordem do Dia. Projeto de Lei nº 048/24, de autoria da deputada Iracema Vale, nossa presidente (lê), com pareceres favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, relator deputado Glalbert Cutrim, e de Saúde, relator deputado Wellington do Curso. Em discussão. Em votação. As senhoras deputadas e os senhores deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Vai à sanção. Projetos de lei em discussão e votação em primeiro turno, tramitação ordinária. Projeto de Lei nº 094/2024, de autoria do deputado Cláudio Cunha (lê). Em discussão. Em votação. As senhoras deputadas e os senhores deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Vai ao segundo turno. Projeto de Lei nº 697/23, de autoria do Deputado Cláudio Cunha (lê). Com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Deputado Dr. Yglésio. Em discussão. Em votação. As senhoras Deputadas e os senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Vai a Segundo Turno. Projeto de Lei nº 711/2023, de autoria do Deputado Cláudio Cunha (lê) com pareceres favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, acatando Emenda, Relator Deputado Fernando Braide, e de Saúde, relatora Deputada Cláudia Coutinho. Em discussão. Em votação. As senhoras Deputadas e senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Vai a Segundo Turno. Projeto de Lei nº 844/2023, de autoria do Deputado Osmar Filho, fica transferido para a próxima Ordem do Dia nos termos do Regimento Interno. Requerimento sujeito à deliberação do Plenário. Requerimento nº 114/2024, de autoria do Deputado Roberto (lê). Em discussão. Em votação. As senhoras Deputadas e senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. O Deputado Roberto Costa depois combinará com a Mesa a data a ser realizada. Requerimento nº 118/2024, de autoria do Deputado Dr. Yglésio (lê). Em discussão. Em votação. As senhoras Deputadas e os senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Requerimentos n.º 119 a 132/ 2024, de autoria do Deputado Wellington do Curso, que votaremos em bloco (lê). Em discussão. Em votação. As senhoras deputadas e os senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Serão encaminhadas às Mensagens, Deputado Welington. Requerimento n.º 133/2024, de autoria do Deputado Júlio Mendonça (lê). Em discussão. Em votação. Os senhores deputados e senhoras deputadas que aprovam... Deputado Wellington do Curso.

O SENHOR DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO (Questão de Ordem) - Só com a abstenção do Deputado Wellington por gentileza.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Subscrição? Deputado Júlio.

O SENHOR DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO – Não, só com a abstenção do Deputado Wellington, por gentileza.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Subscrição? Deputado Júlio.

O SENHOR DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO – Não. Só com abstenção.

O SENHOR DEPUTADO OTHELINO NETO – Deputado Rodrigo, Questão de Ordem.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Eu peço a subscrição, se o Deputado Júlio, assim permitir. Pois não, Deputado Othelino.

O SENHOR DEPUTADO OTHELINO NETO – V. Ex.<sup>a</sup> pode repetir, por favor, o último item.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – É o requerimento nº 133/2024, de autoria do Deputado Júlio Mendonça (lê).

O SENHOR DEPUTADO OTHELINO NETO – Gostaria, com a permissão do Deputado Júlio, subscrever também.

O SENHOR DEPUTADO JÚLIO MENDONÇA – Concedido. E será uma honra tanto do deputado Rodrigo Lago quanto do deputado Othelino.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Eu peço que a Mesa faça os devidos registro à

subscrição do Deputado Othelino Neto, deputado Rodrigo Lago no requerimento do deputado Júlio.

O SENHOR DEPUTADO OTHELINO NETO – Deputado Rodrigo.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Pois não, deputado Othelino.

O SENHOR DEPUTADO OTHELINO NETO – Não. Esclarecida minha dúvida.

O SENHOR DEPUTADO RICARDO SEIDEL - Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Pois não, Deputado Ricardo Seidel.

O SENHOR DEPUTADO RICARDO SEIDEL – Só uma dúvida: está em votação?

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Está em votação.

O SENHOR DEPUTADO RICARDO SEIDEL - Gostaria de manifestar meu voto contrário.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Está feito o registro, deputado Ricardo.

O SENHOR DEPUTADO RICARDO SEIDEL - Obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Nenhuma manifestação mais de voto. Em discussão.

O SENHOR DEPUTADO FLORÊNCIO NETO – Presidente Rodrigo, deputado Florêncio também manifesta voto contrário.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Feito o registro, deputado Florêncio também.

O SENHOR DEPUTADO DAVI BRANDÃO - Deputado Rodrigo, deputado Davi Brandão voto ao contrário.

O SENHOR DEPUTADO ARISTON – Meu contrário também.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Deputado Ricardo Seidel, deputado Ariston, deputado Davi e deputado Florêncio.

O SENHOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA - Deputado Neto também vota contrário.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Deputado Neto também vota contrário.

O SENHOR DEPUTADO JOTA PINTO – Deputado Jota Pinto também.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Deputado Jota Pinto também vota contrário? Peço o auxílio aqui do nosso diretor, Bráulio, para fazer a contagem dos votos.

O SENHOR DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO – Presidente, só fazendo a mudança do voto contrário também e da forma como está acontecendo é melhor o senhor fazer a votação e pedir, fazer a votação aí. Melhor o senhor pedir a votação com os votos contrários.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Faremos a votação, deputado Wellington, de forma simbólica.

A SENHORA DEPUTADA ANDREIA MARTINS REZENDE - Presidente Rodrigo, Deputada Andreia também vota contrário.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Retificando o voto do deputado Wellington também voto contrário, deputada Andreia também registrou voto contrário. Deputado Dr. Yglésio também registrou voto contrário.

O SENHOR DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO – Presidente, a minha solicitação, só rapidinho, pela grande quantidade de deputados que começou a votar o contrário, hoje, no plenário, agora, tem mais deputados contrários do que a favor.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Deputado Wellington, nós estamos fazendo a sessão, nos termos regimentais, eu acho até que o deputado Carlos Lula já fez essa crítica aqui inclusive da tribuna sobre a Sessão híbrida permanente da Casa. Eu acho até que é uma crítica válida que a Casa deve refletir sobre manter ou não o sistema. Mas, por ora, os votos estão sendo todos computados, todas as manifestações de voto contrário estão



sendo computadas e, ao final, a gente verifica se há mais votos favoráveis do que contrário, se assim fizer, o requerimento estará aprovado e se for o inverso a gente anunciará também com requerimento. Estará aprovado. V. Ex.<sup>a</sup> pode, como deputado, assim como toda Casa pedir a verificação a contagem da votação, a verificação da votação e assim a gente considerar nos termos regimentais.

O SENHOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA - Presidente Rodrigo, duas situações.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Deputado Neto.

O SENHOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA - Duas situações: uma sugerir ao deputado Júlio que faça requerimentos, novamente, de forma separada, às entidades. Adianto que conta com meu voto, a FETAEMA. E queria pedir conferência de quórum, presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Conferência de quórum. Deputado Júlio.

O SENHOR DEPUTADO JÚLIO MENDONÇA (Questão de Ordem) – Questão de Ordem, veja, eu percebo assim, viu, deputado Neto, que o quanto estigmatiza o movimento, quando na verdade a Fetaema, o MST e a Contag representam o mesmo segmento da agricultura familiar. Então, que fique claro que os deputados que estão votando contra, também estão contra os movimentos todos da agricultura familiar. Que fique bem claro isso. Não é contra o MST. Que fique bem claro isso. Que também seja registrado isso, porque não tem como separar, porque nós estamos aqui fazendo uma homenagem, uma alusão à agricultura familiar, à defesa do pequeno, à defesa da produção de alimentos saudáveis e, portanto, nós não temos como separar o requerimento.

O SENHOR DEPUTADO OTHELINO NETO (Questão de Ordem) – Não é o caso específico de Questão de Ordem, mas peço a permissividade de Vossa Excelência para me solidarizar ao projeto do deputado Júlio que homenageia três entidades que têm, cada uma isoladamente, o papel muito importante no que diz respeito à justiça agrária, à agricultura familiar, à promoção da agricultura familiar, respeitando as posições contrárias. Não vejo razão nem para separar e nem para não fazermos a homenagem, respeitando que cada um tenha suas opiniões sobre os três. Mesmo com as manifestações em contrário dos presentes no plenário, tendo em vista que tem 35 presentes, fica clara a maioria para aprovar a proposição do deputado Júlio. Perguntaria ao deputado Neto se essa manifestação é dele como deputado ou é como líder do governo, orientando a votação em contrário.

A SENHORA DEPUTADA JANAÍNA RAMOS - Questão de Ordem, presidente.

O SENHOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA - Presidente, eu pedi conferência de quórum. Gostaria que fosse feita.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Deputada Janaína, concedo já a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>

O SENHOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA – Deixando claro ao deputado Othelino que não é manifestação de liderança do governo, é pessoal.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Feito o registro, deputado Neto. Com a palavra, a deputada Janaína.

A SENHORA DEPUTADA JANAÍNA RAMOS (Questão de Ordem) - Quero também registrar meu voto contrário ao que foi aqui dito sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terras. Tenho todo o respeito aos movimentos, à Fetaema, mas sobre o MST eu não concordo, e é um voto pessoal.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Feito o registro também, deputada Janaína.

O SENHOR DEPUTADO FLORÊNCIO NETO – Presidente Rodrigo, uma Questão de Ordem.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Deputado Florêncio.

O SENHOR DEPUTADO FLORÊNCIO NETO (Questão de Ordem) - Já registrei o meu voto contrário. Eu quero saudar a iniciativa

do deputado Neto que fez uma sugestão ao deputado Júlio e quero também deixar aqui registrado, pedindo vênias, com todo respeito que eu tenho ao deputado Júlio, que essa generalização que o deputado Júlio fez aqui, querendo dizer que todos nós que nos posicionamos contrários a esse requerimento de homenagem coletiva, que nós somos, portanto, contrários à agricultura familiar, que isso não deve prosperar, que isso não é verdade. Eu tenho o maior respeito pelo deputado Júlio, mas eu também não vou aceitar a generalização dessa espécie aqui, principalmente eu que tenho uma história ligada a um grande apoio à agricultura familiar, a conceder tratores, equipamentos agrícolas às comunidades familiares espalhados por todo esse estado do Maranhão. Portanto, não aceito me encontrar, nem a mim, provavelmente a todos os colegas que se manifestarem contrários, nessa generalização perigosa que traz aqui o deputado Júlio.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Feito o registro, deputado Florêncio. Como o processo já estava em votação, só para dar conhecimento a todos, o Regimento Interno, no artigo 208, diz o seguinte...

O SENHOR DEPUTADO JOTA PINTO (Questão de Ordem) – Só para sugerir aqui, para não perder o raciocínio. A Fetaema tem uma função importante, só para sugerir e sugerir ao deputado, que possa desmembrar esse...

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Essa sugestão já foi feita, o deputado Júlio já...

O SENHOR DEPUTADO JOTA PINTO (Questão de Ordem) – Porque a Fetaema, eu voto com maior tranquilidade.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Deputado Jota, essa sugestão já foi feita pelo Deputado Neto, que esclareceu que não está falando em nome do Governo e, sim, em seu próprio nome. O Deputado Júlio também já se manifestou já que ele foi citado e a Presidência da Casa, da sessão, permitiu que ele se manifestasse. Eu acho que isso é interferência na prerrogativa do Deputado. O Deputado Júlio apresentou esse requerimento. Se algum Deputado quiser apresentar outro requerimento também fará e será sempre submetido à vontade soberana do Plenário desta Casa, porque assim dispõe o nosso Regimento Interno... Só para fazer o esclarecimento, Deputado. Se daqui a pouco V.Exa. quiser fazer alguma questão de ordem, eu concederei com muito prazer regimentalmente a palavra a Vossa Excelência. O artigo 208, o Deputado Wellington pediu uma verificação de votação, e só para esclarecer a Casa, o artigo 208 diz o seguinte: “Sempre que julgar conveniente ou houver dúvidas sobre a votação, qualquer deputado poderá pedir a verificação da votação simbólica.” Que é que nós estamos fazendo nesse momento que está em processo de votação. Parágrafo único: “O pedido deverá ser formulado logo após ter sido dado a conhecer o resultado da votação.” Portanto foi isso que esclareci ao Deputado Wellington. Vamos continuar a seguir a votação, ao final, encerrada a votação, a gente anuncia o resultado. Se o Deputado Wellington ou qualquer outro parlamentar assim desejar, formule o requerimento nos termos do artigo 208. Com certeza a Presidência avaliará o requerimento do deputado. O Deputado Neto solicitou verificação de quórum, é isso?

O SENHOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA - Verificação de quórum e adianto, Presidente, que apresentarei o requerimento para a sessão solene em homenagem a FETAEMA.

O SENHOR DEPUTADO OTHELINO NETO - Deputado Rodrigo, quando puder me conceda uma Questão de Ordem, Deputado Othelino Neto.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Deputado Othelino, acho que o Deputado Yglésio está em sua frente.

O SENHOR DEPUTADO DR. YGLÉSIO - Presidente, o Senhor já registrou o meu voto contrário?

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO- Já foi feito o registro.

O SENHOR DEPUTADO DR. YGLÉSIO - Ah, maravilha, vai haver, então, posteriormente, a verificação de quórum conforme pediu o Deputado Neto?



O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Pediram registraram de voto contrário ao requerimento de sessão solene em favor dos movimentos sociais do MST, da FETAEMA e da CONTAG os seguintes deputados: Deputado doutor Yglésio, Deputado Florêncio Neto, Deputado Ricardo Seidel, Deputado Jota Pinto, Deputado Neto Evangelista, Deputado Wellington do Curso, Deputada Andréia Martins Rezende, Deputado Davi Brandão. E pediram a subscrição, com autorização do autor do requerimento, o Deputado Rodrigo Lago, o Deputado Othelino Neto e Deputada Janaina também.

O SENHOR DEPUTADO ARISTON - Questão de Ordem. Faltou meu nome aí, Presidente.

O SENHOR DEPUTADO DR. YGLÉSIO – Presidente, gostaria realmente só de parabenizar rapidamente os 10 colegas que votaram contra esse requerimento que coloca no mesmo...

O SENHOR DEPUTADO JÚLIO MENDONÇA – Eu faço...

O SENHOR DEPUTADO DR. YGLÉSIO - Por favor, Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – É Questão de Ordem, Deputado Yglésio?

O SENHOR DEPUTADO DR. YGLÉSIO (Questão de Ordem) - Por favor, rapidamente. Então assim só fazer aqui uma congratulação aos colegas que votaram contrário. O MST a gente sabe que é um movimento que tem um viés, inclusive, baderneiro realmente, por vezes até mais terrorista do que os que acusaram...

O SENHOR DEPUTADO JÚLIO MENDONÇA – Presidente...

O SENHOR DEPUTADO DR. YGLÉSIO – Deixa eu falar. Deixa eu falar. Eu estou falando...

O SENHOR DEPUTADO JULIO MENDONÇA – Presidente. Questão de ordem. Eu acho que não cabe.

O SENHOR DEPUTADO DR. YGLÉSIO – Eu estou falando. Não estou falando do senhor...

O SENHOR DEPUTADO JÚLIO MENDONÇA - Eu pediria...

O SENHOR DEPUTADO DR. YGLÉSIO – É muito engraçado, deputado Júlio, quando é para atrapalhar...

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Deputado Júlio, o deputado Yglésio está com a palavra...

O SENHOR DEPUTADO DR. YGLÉSIO - ...da Michele Bolsonaro, Vossa Exa. seja coerente. Tenha a coerência. V.Exa. não está tendo coerência. Quando é para atrapalhar proposições que são contrárias ao interesse da esquerda do Pcdob, o deputado Júlio manobra. Quando é para gente colocar uma opinião aqui sobre um movimento que é terrorista e ele está querendo homenagear aqui na Assembleia, eu tenho que ficar calado...

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Deputado Dr. Yglésio...

O SENHOR DEPUTADO DR. YGLÉSIO – Não tem sentido. Obrigada, Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Só mais o Deputado Júlio, que foi mencionado.

O SENHOR DEPUTADO ARISTON – Senhor Presidente...

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Vou registrar o voto contrário do Deputado Ariston e da Deputada Janaina. O Deputado Júlio foi citado pelo Dr. Yglésio e está solicitando a palavra e assim está concedida, respeitasse o orador que está com a palavra.

O SENHOR DEPUTADO JÚLIO MENDONÇA – Deputado Rodrigo, eu fui mencionado de forma muito pejorativa, eu quero esclarecer que coerência política, coerência de vida, eu sempre tive, eu nunca fui da esquerda, passei para direita, nem da direita, passei para esquerda, eu nunca defendi, conforme meus interesses pessoais, portanto é uma afirmação leviana, covarde do deputado.

O SENHOR DEPUTADO DR. YGLÉSIO – Verdade, você defende os que estão acima de você e que colocaram você nessa Casa.

O SENHOR DEPUTADO ARNALDO MELO – Senhor Presidente...

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO

RODRIGO LAGO - Deputado Neto, só para deliberar sobre uma questão de ordem, um requerimento feito pelo deputado Neto Evangelista, pediu contagem de quórum, como nós já iniciamos a votação, a Presidência entende, aqui com auxílio da Mesa Diretora, de que não é mais possível fazer a contagem já com a votação, em curso, então comunicando a deliberação a V. Ex.<sup>a</sup>.

O SENHOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA – Mas, Presidente, salvo engano, V. Ex.<sup>a</sup> leu um artigo do Regimento...

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Da verificação da votação, Vossa Excelência fez um pedido de verificação de quórum, para deliberar, a verificação de quórum para deliberar, segundo a interpretação da Mesa, pelo menos até aqui vigente, nada impede que seja feita a revisão dessa interpretação, mas teria que ser antes do início da votação, como não foi feito, essa parte está preclusa.

O SENHOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA - V. Ex.<sup>a</sup> poderia ler para Casa o artigo.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - O Artigo 112 diz o seguinte: até as 10h30 será declarada a Ordem do Dia, quando o Presidente anunciará o quórum, mediante a informação dos deputados presentes, constante no plano eletrônico. Nós tínhamos 33 deputados e por isso mesmo nós seguimos a sequência inteira da Ordem do Dia, quando houver número legal para deliberar, passar-se-á, imediatamente, à votação dos itens cuja discussão já tenha sido encerrada. Abrimos a discussão e passamos ao processo de votação. Então, após o processo de votação, pode ser feito o pedido de verificação da votação simbólica, que é o que deputado Wellington mencionou, eu indeferi, dizendo, esclarecendo ao deputado Wellington que ele pode fazer após a proclamação do resultado, então essa é a deliberação da Mesa. V. Ex.<sup>a</sup>...

O SENHOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA - Mas eu não compreendi ainda onde que não permite mais pedir a conferência de quórum.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - A conferência de quórum é dita no parágrafo segundo desse artigo que diz o seguinte: é lícito a qualquer deputado solicitar a verificação de quórum durante a Ordem do Dia que será feita mediante reinício da contagem do painel eletrônico e tomada de nova presença. Nós estamos no processo de votação, V. Ex.<sup>a</sup>. desejar nós podemos interpor recurso ao plenário, da minha parte, não há nenhum problema, acho que é um direito do parlamentar de fazer isso. Se V. Ex.<sup>a</sup> assim desejar, a gente convoca a CCJ para deliberar sobre... para emitir Parecer e depois se submeteremos à votação do seu requerimento, seu recurso ao plenário da Casa. V. Ex.<sup>a</sup> assim deseje?

O SENHOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA - Em detrimento da votação que está sendo feito agora? E a votação que está sendo feita agora?

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Ela continua sendo suspendemos a votação para analisar o seu recurso no plenário.

O SENHOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA – Faça, faça, sim, Excelência.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Então, registrado o recurso do deputado Neto Evangelista, eu suspendo a sessão, por alguns minutos, para que a CCJ...

O SENHOR DEPUTADO ARNALDO MELO – Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Deputado Arnaldo.

O SENHOR DEPUTADO ARNALDO MELO – Estava com um pedido já...

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Me perdoe, eu não vi.

O SENHOR DEPUTADO ARNALDO MELO - Aqui de palavra, de fala, eu esperei que a votação evoluísse e que houvesse um consenso entre o autor da matéria, que é realmente uma matéria interessante, mas não havendo esse consenso e eu que concordo com as políticas da



Fetaema e da Agricultura Familiar, eu manifesto meu voto contrário. Lamentavelmente, sei da boa intenção do deputado Júlio Mendonça, mas, diante da situação de não acordo, de retirar matéria para modificar, o meu voto é contrário à matéria.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Feito o registro. Eu suspendo a sessão para que a comissão... Deputado Othelino?

O SENHOR DEPUTADO OTHELINO NETO – Sim, deputado Rodrigo. V. Ex.<sup>a</sup> vai submeter ao Plenário?

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - O recurso do requerimento do deputado Neto foi indeferido.

O SENHOR DEPUTADO OTHELINO NETO - Relativo à conferência de quórum.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - A conferência de quórum, o Plenário da Casa decidirá se é possível.

O SENHOR DEPUTADO OTHELINO NETO - Veja bem, parece-me claro no Regimento que o pedido de conferência de quórum deve preceder à votação. Se o deputado Neto pediu com a votação em curso, nem é uma faculdade da Presidência ou da Mesa deferir ou não deferir, tem que aplicar o Regimento e indeferir, simplesmente por ter sido extemporâneo. Isso foi, deputado Othelino, só para esclarecer. Se foi indeferido, deputado Neto apresenta recurso ao Plenário. Eu acho que é uma prerrogativa do parlamentar.

O SENHOR DEPUTADO OTHELINO NETO - Antes de recorrer ao Plenário e o Plenário se manifestar, é preciso modificar o Regimento da Casa. Para que o Plenário delibere de forma diferente do que está previsto no Regimento, ele deve anteriormente modificar o Regimento. Então, permita-me discordar de V. Ex.<sup>a</sup>, porque nós estaremos, mesmo reconhecendo que o Plenário é soberano, mas nós estaremos incorrendo no desrespeito ao Regimento Interno da Assembleia.

O SENHOR DEPUTADO JOTA PINTO - Deputado Rodrigo.

O SENHOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA - Presidente Rodrigo, posso abrir a comissão. V. Ex.<sup>a</sup> já havia suspenso?

O SENHOR DEPUTADO JOTA PINTO - Deputado Rodrigo, é só uma questão, deputado Rodrigo.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Eu pediria para a gente estar...

O SENHOR DEPUTADO JOTA PINTO - Eu quero só sugerir ao deputado Júlio, já que há uma disposição dos deputados desta Casa a votar aqui...

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Deputado Jota.

O SENHOR DEPUTADO JOTA PINTO – Que possa retirar do MST e deixar esses dois.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Deputado Jota, a sugestão já foi feita, o deputado insistiu, acho que o deputado.

O SENHOR DEPUTADO JOTA PINTO – Sim.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO RODRIGO LAGO - Ele tem a prerrogativa parlamentar.

O SENHOR DEPUTADO JOTA PINTO – Eu sei.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Nós já encerramos a fase de discussão. Esse pedido já foi feito pelo deputado Neto.

O SENHOR DEPUTADO JOTA PINTO - Eu estou reforçando o pedido.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Mas assim não avançaremos. A sessão está suspensa, a CCI está convocada pelo deputado Neto Evangelista para dar parecer sobre o recurso ao Plenário. Reaberta a sessão. Com a palavra, o deputado Neto.

O SENHOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA - Foi por unanimidade que foi o voto do relator para que a conferência de quórum preceda o início da votação.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO

RODRIGO LAGO – O que é costume na Casa, que foi a interpretação da Mesa, que foi seguida aqui para a Presidência no momento, reiterada, inclusive, pelo nosso ex-presidente Deputado Othelino.

O SENHOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA – Essa comissão jamais discordaria de Vossa Excelência.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Coloco em votação, destacando que se trata de um recurso. Quem permanecer como está, sem manifestar nenhum voto, será computado como voto favorável ao recurso, e quem se manifestar será computado como voto contrário ao recurso.

O SENHOR DEPUTADO OTHELINO NETO – Deputado Rodrigo, V. Ex.<sup>a</sup> pode esclarecer melhor a forma de votação?

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Vou colocar em votação o recurso no plenário, quem permanecer como está estará votando para acolher o recurso, portanto, reformar a decisão da Mesa.

O SENHOR DEPUTADO OTHELINO NETO – Não seria invertido, Deputado Rodrigo?

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Deputado Neto, eu acho que isso pode dar confusão no Plenário. Se V. Exa. retirar o recurso.

O SENHOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA - Eu retiro o recurso, Deputado Rodrigo.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Eu agradeço penhoradamente a posição de V. Excelência. Retirado o recurso do Deputado Neto Evangelista. Então vamos, encerrando a votação, não há mais nenhuma manifestação de voto contrário que conste. Eu vou fazer a leitura de todos os votos contrários, se houver mais algum deputado que eu tenha esquecido, por favor, se manifeste, não havendo manifestação, eu vou proclamar o resultado. E se o Deputado Wellington, assim desejar, pode pedir a verificação da votação. Então vou passar à leitura dos deputados que manifestaram voto contrário: Deputado Dr. Yglésio, deputado Florencio Neto, Deputado Ricardo Seidel, Deputado Jota Pinto, deputado Neto Evangelista, deputado Wellington do Curso, Deputada Andreia Martins Rezende, Deputado Davi Brandão, Deputado Arnaldo Melo, Deputada Janaína, Deputado Ariston e Deputada Cláudia Coutinho, mais algum que eu não tenha citado?

O SENHOR DEPUTADO FERNANDO BRAIDE - Presidente Rodrigo, eu vou pedir só para me abster, porque ficou muita confusão sobre o tema, o que é que já está sendo debatido ou não. Então, eu vou preferir me abster nesse tema.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO- Cláudia Coutinho, voto contrário e o Deputado Fernando Braide abstenção.

O SENHOR DEPUTADO FERNANDO BRAIDE - Porque para mim quando é homenagem, eu tento respeitar geralmente todas as vezes o colega quando presta uma homenagem a alguém. Mas como eu vi que o tema vai ser muito debatido e quando for para imprensa vai sair acredito que de uma forma distorcida, então para ficar fora dessa confusão e não ser mal compreendido, eu prefiro me abster.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Deputado Fernando, feito o registro. Portanto, por maioria, há 37 deputados presentes, na sessão, por maioria, aprovado o requerimento, votos contrários do Deputado doutor Yglésio, Deputado Florêncio Neto, Deputado Ricardo Seidel, Deputado Jota Pinto, Deputado Neto Evangelista, Deputado Wellington do Curso, Deputada Andreia Martins Rezende e Deputado Davi Brandão, Deputada Cláudia Coutinho, Deputado Arnaldo Melo, Deputada Janaína e Deputado Ariston. Com a abstenção do Deputado Fernando Braide. Este é o resultado proclamado, o requerimento aprovado. Deputado Júlio Mendonça fará depois o ajuste com a Mesa Diretora para designação da data.

O SENHOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA – Presidente, e agora nós queremos pedir a verificação da votação.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO



RODRIGO LAGO - Nós, Deputado Neto Evangelista, pede a verificação da votação. Nos termos do artigo 208 diz que sempre que julgar conveniente houver dúvidas qualquer deputado poderá pedir a verificação da votação simbólica. O pedido deverá ser formulado, logo após ter sido dado a conhecer o resultado da votação. E antes de se passar outro assunto portanto o requerimento do Deputado Neto foi feito em tempo próprio, em tempo adequado. Não vislumbro dúvidas sobre o resultado da votação, me parece que nós debatemos bastante foi dada a oportunidade a todos os parlamentares de manifestar seus votos, foi feito o registro, não foi feita aquela votação simbólica de deputado se manifestar da bancada, portanto não há dúvida sobre quem votou contra e quem votou a favor. Me parece que não há essa dúvida e por isso a Mesa indefere o pedido do Deputado Neto Evangelista. Ok, Deputado Neto?

O SENHOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA – É, não OK.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Não, V. Ex.<sup>a</sup> pode, V. Ex.<sup>a</sup> pode, mais uma vez, se assim desejar, recorrer ao plenário, mas essa foi a decisão da Mesa.

O SENHOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA - Vossa Excelência diz que deu a possibilidade de manifestação a todos os presentes, os que estão online...

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Deputado Neto, eu acho que essa sistemática da Casa de manter a sessão híbrida, com a participação virtual, pode ocasionar isso. Essa foi a crítica do deputado Carlos Lula, há cerca de 15 dias, salvo engano, ele fez essa crítica na tribuna da Casa, ele manifestou que é necessário a Casa revisar esse procedimento. Eu acho que a Casa é soberana, o Regimento Interno tem dispositivos que permitem a modificação do seu próprio Regimento Interno, então, acho que é uma reflexão que a Casa pode fazer, inclusive a partir desta votação se altera ou não essa sistemática, mas todos os deputados que registraram presença estão participando online, podem ter o direito de manifestar voto contrário, nós já estamos em processo de votação aqui, salvo engano, já há 15 ou 20 minutos, inclusive com interrupção na Sessão, como não houve mais nenhuma manifestação de voto contrário, o resultado está proclamado, Vossa Excelência fez o pedido de verificação da votação, eu indeferi, porque, nesse caso, repito, aplicando o Regimento Interno sempre que julgar conveniente e houver dúvidas, eu esclareci que não há dúvida, a votação foi feita de forma simbólica, comuniquei todos os votos, fiz retificações tinha esquecido de algum parlamentar, comuniquei o voto parlamentar, então, não há dúvida sobre o resultado da votação.

O SENHOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA - E eu acho que há dúvida, porque tem parlamentar que está online que diz que não está conseguindo votar.

O SENHOR DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO – Presidente...

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Deputado Neto, não há dúvida porque os deputados que estão participando, de forma virtual, certamente, estão assistindo à Sessão e se eles não manifestaram, o voto contrário, portanto estão votando a favor...

O SENHOR DEPUTADO DR. YGLÉSIO – Presidente, rapidamente, pela Ordem, antes do recurso do deputado Wellington, eu gostaria de ser possível, por gentileza, só para melhorar minha compreensão porque admito que foi falha no momento que V. Ex.<sup>a</sup> leu do 208, por gentileza, só para me subsidiar no argumento seguinte.

O SENHOR DEPUTADO FERNANDO BRAIDE – Presidente, só outra questão que o regimento fala que, se o deputado achar conveniente, ele pode pedir. Então, eu entendo que basta que o deputado tenha o desejo de pedir que pode ser pedido, assim como já houve outras votações na Casa e não se teve nem a dúvida da aprovação, mas, assim mesmo, foi atendido o pedido da votação nominal. E esse caso realmente eu tenho dúvida de quantos votos foram a favor, de quantos votos foram contra. Eu não estou certificado de quanto foi a coisa.

O SENHOR DEPUTADO DR. YGLÉSIO – V. Ex.<sup>a</sup> poderia só responder à minha Questão de Ordem antes das outras intervenções?

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Qual é sua Questão Ordem, deputado Dr. Yglésio?

O SENHOR DEPUTADO DR. YGLÉSIO – Em relação à leitura do 208, por gentileza.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Não se trata de Questão de Ordem, mas vou fazer a leitura porque eu acho que a presidência tem que ser bem democrática e esclarecer a Casa exatamente sobre o que está julgando, o que está decidindo. Artigo nº 208 do nosso Regimento Interno: “*Sempre que julgar conveniente e houver dúvidas, qualquer deputado poderá pedir a verificação da votação simbólica*”. Parágrafo único: “*O pedido deverá ser formulado logo após ter sido dado a conhecer o resultado da votação e antes de passar para outro assunto.*” Como eu esclareci, cumprindo o parágrafo único, o pedido do deputado Neto foi feito em tempo próprio, e aí a decisão é tomada pela presidência, que eu estou esclarecendo e me parece não haver dúvidas sobre o resultado da votação.

O SENHOR DEPUTADO DR. YGLÉSIO - Na votação, o processo passa a ser nominal a partir do pedido do...

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Se acolhido, sim. O artigo 209 diz: “*A verificação far-se-á por meio de chamada nominal, proclamando o presidente o resultado sem que constem da Ata as respostas especificamente. A verificação de votação far-se-á pelo processo de votação nominal, dispensada a leitura e a publicação a que se referem os parágrafos 4º e 6º do artigo 206*”.

O SENHOR DEPUTADO DR. YGLÉSIO - O pedido foi acolhido, presidente?

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Eu não acolhi o pedido, deputado Neto. Se quiser recorrer, é uma prerrogativa do parlamentar.

O SENHOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA – Presidente Rodrigo.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Deputado Neto.

O SENHOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA - Presidente Rodrigo, hoje está chovendo bastante, e a gente sabe que, quando chove, a internet costuma dar problema. O deputado Allan e a deputada Cláudia estão há um tempo tentando se manifestar via online, e não estão conseguindo.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Deputada Cláudia, foi registrado o voto dela.

O SENHOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA - E o deputado Allan?

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Não chegou.

O SENHOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA - Porque não está conseguindo. Há dúvidas em relação ao resultado.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO – Vou só fazer uma ponderação. A regra vigente é esta da participação virtual. O que nós estamos confirmando hoje na sessão, deputado Antônio Pereira, que é membro da Mesa, Primeiro Secretário da Casa, é que esse sistema está fadado ao insucesso, pois pode causar dúvidas e realmente atrapalhar votações. Eu vou me comprometer como vice-presidente da Casa, eu vou redigir uma emenda ao Regimento Interno e pelo que eu percebo terei aprovação pelo menos dos que estão presentes no plenário, porque tem que ter 14 assinaturas para que haja a tramitação deste projeto na Casa. Não sei se a Mesa concorda porque a Mesa não se faz presente hoje aqui, a maioria absoluta da Mesa, então eu vou fazer como parlamentar, dentro da minha prerrogativa parlamentar, e vou pedir a subscrição dos colegas deputados. Acredito que essa proposta de resolução legislativa será subscrita pelo menos pela grande maioria dos que estão presentes, para tramitar na Casa e a gente fazer a modificação. Porém, eu não posso violar o Regimento Interno que diz isso. Quem está presente, quem registrou presença pelo sistema que a Casa aplica desde o ano passado, aliás, desde a pandemia, é o mesmo procedimento, está votando. E eu não posso duvidar e questionar o voto do parlamentar.



O SENHOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA – Mas, presidente, o que eu estou lhe dizendo é que tem parlamentar que não está conseguindo votar.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Nós estamos, deputado Neto, com 40 minutos da votação.

O SENHOR DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO – Deputado Rodrigo?

O SENHOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA – Deputado não está conseguindo votar. É isso que eu estou lhe dizendo. Então, há dúvidas, mas, de todo modo, eu queria recorrer ao Plenário da decisão de V. Ex.<sup>a</sup> que indeferiu o meu pedido.

O SENHOR DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO – Presidente, é só colaborar com o deputado Neto.

O SENHOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA – Deputado Rodrigo, V. Ex.<sup>a</sup> compreendeu meu pedido. Eu queria recorrer ao Plenário a decisão de V. Ex.<sup>a</sup> que indeferiu meu pedido.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO RODRIGO LAGO – Eu também suspendo a sessão novamente para a convocação da Comissão de Constituição e Justiça...

O SENHOR DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO – Presidente, Questão de Ordem.

O SENHOR DEPUTADO JÚLIO MENDONÇA – Presidente, Questão de Ordem também do Deputado Júlio.

O SENHOR DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO (Questão de Ordem) - Só contribuindo com o Deputado Neto Evangelista. Deputado Neto, só para se ter uma ideia, no presente momento, nós temos 16 deputados, 12 votaram contra. Então, proporcionalmente. Solicito ao Plenário, por gentileza.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Deputado Wellington esclarecendo, se nós tivéssemos só 16 deputados, que Vossa Excelência contou, é isso? Se nós tivéssemos só 16, não teria nem submetido à deliberação da casa. Nós estamos com 37 deputados presentes sob a regra vigente do regimento interno. A Presidência desta Casa se recusa a descumprir o Regimento Interno nesse caso. Então, eu acho que a gente tem que ter a reflexão. O sistema que está em vigor, segundo as normas regimentais, é esse. Se nós quisermos, nós mudamos o Regimento. E eu já me comprometi com a casa, amanhã ou no máximo na semana que vem, vou coletar as assinaturas para que a gente altere o regimento e acabe com este procedimento, mas o procedimento ainda é este. A regra está vigente. O Regimento Interno é muito claro e tem disposições específicas para a mudança do Regimento Interno. Ou a gente segue o Regimento, ou a gente altera o Regimento, mas para esta votação ainda prevalece o Regimento Interno da Casa. Eu fiquei vencido como parlamentar em várias votações aqui na Casa e me conformei em algumas delas. Inclusive eu questioneei porque o Regimento estava sendo descumprido. Eu estou vendo que a Casa agora tem a preocupação de seguir o Regimento. Então vamos, a partir de agora, corrigir o Regimento da parte da votação virtual, que eu acho que é razoável, e depois, a partir da modificação em vigor, a gente aplicar essa nova regra, mas até lá a gente tem que aplicar o Regimento Interno. Eu tenho lutado muito pelo cumprimento do Regimento Interno. Fui algumas vezes, inclusive, até criticado por alguns colegas por insistir na aplicação do Regimento Interno. Eu fico feliz que o líder do Governo inicia esse processo para que a gente cumpra rigorosamente o Regimento Interno. Então vamos fazê-lo, mas enquanto não houver mudança nesse sistema de votação, a Presidência da Casa não pode aplicar de forma diversa.

O SENHOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA - Presidente Rodrigo, antes de V. Ex.<sup>a</sup> deferir o meu recurso, eu queria só saber se consta o voto contrário do Deputado Allan e da Deputada Dra. Viviane, que também não está conseguindo votar de forma virtual.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Já consta o registro, porém a votação já havia sido proclamada, se acolhida a verificação, eles terão oportunidade de fazer o voto; se não acolhido, a manifestação foi extemporânea.

O SENHOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA – Porque não estão conseguindo. É isso que quero lhe dizer, ou seja, há dúvidas.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Deputado Neto, eu vou eu vou insistir com V. Excelência. Nós estamos no sistema de voto de presença virtual. Isso está previsto no Regimento Interno da Casa, o parlamentar tem que saber que, quando ele conecta na sessão, ele está sujeito ao ônus de não participar da votação, mas o voto dele será computado e foi computado pela Casa. Nós estamos há 40 minutos, 45 minutos, eu acho, no processo de votação dessa matéria. Antes da proclamação do resultado, dei oportunidade a todos de esclarecer e manifestar seu voto contrário. A sessão está suspensa...

O SENHOR DEPUTADO RICARDO ARRUDA – Senhor Presidente, permita-me só uma manifestação antes de suspender a sessão.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Pois não, Deputado Ricardo.

O SENHOR DEPUTADO RICARDO ARRUDA – Presidente, aqui o Artigo 208, a meu ver, não resta dúvida: “Sempre que julgar conveniente e houver dúvidas, qualquer deputado poderá pedir verificação da votação simbólica.” Para mim, essa dúvida tem que ser suscitada pelo Deputado, não é se a Mesa tem dúvida, mas se o deputado que suscitou a votação simbólica tiver dúvidas.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - A minha interpretação foi diversa, Deputado Ricardo, e por isso mesmo o Deputado Neto, inconformado, recorreu ao Plenário. Eu vou suspender a sessão, e a Comissão de Constituição e Justiça...

A SENHORA DEPUTADA ANDREIA MARTINS REZENDE – Presidente, Rodrigo antes de suspender a sessão...

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Deputada Andreia Martins Rezende com a palavra.

A SENHORA DEPUTADA ANDREIA MARTINS REZENDE - A partir do momento que existem colegas que estão tentando votar e não estão conseguindo, isso já não se trata de uma dúvida, acho que a Mesa deveria repensar esse posicionamento?

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Deputada Andreia, eu vou fazer a ponderação novamente à Casa.

A SENHORA DEPUTADA ANDREIA MARTINS REZENDE - Eu já entendi essa sua ponderação.

O SENHOR DEPUTADO DR. YGLÉSIO - É só para pôr em nome da boa-fé da votação, presidente, não custa nada fazer como se faz nas PECs, que se convoca quem está à distância online, se não responder não computa voto, se responder vota a favor ou contra.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Deputado Dr. Yglésio, V. Ex.<sup>a</sup> agora é advogado, já era bacharel em Direito, conhece muito bem o Regimento da Casa. Mesmo antes de se formar, em Direito, já estudava bastante o nosso Regimento, já está no seu 6º ano de mandato, sabe muito bem que há processo de votação nominal e há processo de votação simbólica. Ninguém solicitou, nenhum deputado pediu votação nominal desse projeto, nos termos que o Regimento, assim permite, iniciamos o processo de votação e durante o processo de votação veio a controvérsia. Se o Plenário estivesse todo presencial, todos os deputados teriam manifestado seu voto contrário a favor, abstenção. Mas não há, eu estou seguindo rigorosamente o Regimento no que diz respeito à votação virtual, esclarecendo à Casa que deturpar o Regimento é descumprí-lo, e o descumprimento do Regimento é vedado pelo próprio Regimento, de forma expressa. Então, a minha aplicação do Regimento é nesse sentido. E, mais uma vez, informo à Casa, compromisso que faço com a Casa de, eu mesmo vou redigir o Projeto de Resolução alterando o Regimento. E pelo que eu estou percebendo, todos aqui já são contrários a gente dar sequência à votação virtual. Processo iniciado, inaugurado pelo Líder do governo deputado Neto Evangelista.

O SENHOR DEPUTADO DR. YGLÉSIO – Presidente, não querendo prolongar com V. Ex.<sup>a</sup>, mas só para que leve em consideração,



tendo em vista que nós temos um mecanismo simbólico, do ponto de vista virtual, que ele ainda não está expresso no Regimento, essa votação simbólica, no virtual, no online, eu acho que o senhor concorda comigo, que é um caso omissão dentro do Regimento. E nos termos regimentais, todas as omissões destes, são supridas por deliberações do plenário, então gostaria de pedir à vossa excelência, com base no que diz o Regimento, sob a soberania do plenário, que fosse realmente admitida a avaliação dessa questão aqui, pelos que estão presentes, em relação ao voto nominal dos que não estão conseguindo votar online, nesse caso

O SENHOR DEPUTADO OTHELINO NETO - Deputado Rodrigo, Questão de Ordem, acho que esse assunto está se estendendo em demasia, e nós não estamos mais discutindo aspectos regimentais, aqui nós estamos tentando fazer, encontrar mecanismos para reaver uma decisão já tomada por maioria, é claro que o sistema, esse sistema híbrido, que foi criado no momento em que ele era absolutamente necessário, porque nós não podíamos nos reunir, presencialmente, é claro que ele deforma o modelo atual, não tem como ser diferente. Agora, o que se está tentando aqui no plenário, é mudar o resultado. E vossa excelência que preside a sessão, deve fazer prevalecer o Regimento, acho que foi muito sensata a decisão da CCJ, sob a relatoria do deputado Florêncio, e depois a decisão do deputado Neto, de retirar o recurso, e agora a questão aqui, ela está muito mais política e ideológica, do que regimental. Todos os deputados aqui têm as suas razões para votarem contra ou a favor, de acordo com a sua formação ideológica, isso é natural, e é do Parlamento. Agora, o tema foi discutido, todos se manifestaram aqui, todos deixaram as suas posições muito claras, e vão prestar contas para os seus eleitores, e isso é muito bom, tanto quem votou contra, quanto quem votou a favor, agora sugiro, que, em respeito ao Regimento, porque, se nós começarmos, embora, enfim, se nós começarmos circunstancialmente a atropelar o regimento em razão de divergências ideológicas, vão se criar precedentes muito ruins. Então, sugiro, pondero ao deputado Neto, que é sempre muito ponderado, que reveja sua posição e que nós possamos continuar a sessão, porque nós estamos aqui tentando, na verdade, votar novamente um tema que por este modelo, que hoje tem as suas distorções, já foi aprovado.

O SENHOR DEPUTADO DR. YGLÉSIO – Presidente, pela ordem regimental, só em questão a essa situação que foi trazida pelo deputado Othelino, só fazer...

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Se nós ficarmos na discussão do pós-votação, nós não vamos concluir nunca!

O SENHOR DEPUTADO DR. YGLÉSIO - É só Questão de Ordem em relação ao que foi levantado pelo deputado Othelino. Essa situação da votação nominal do plenário virtual, digamos assim, do online, na época que foi instituída, na época da pandemia, inclusive o presidente Othelino comandava esta Casa no período, os deputados tinham a possibilidade de fazer intervenções online, que foram inclusive suprimidas nessa legislatura. A gente conseguia, por exemplo, inclusive até participar de Pequeno Expediente, e isso não foi ajustado posteriormente num regimento pela Mesa Diretora. Hoje temos uma situação que não está estabelecida a forma como alguém que está no online, por exemplo, que registra a presença para participar da sessão, pode não querer participar de uma votação e sair. O deputado entrou, se ele não quiser participar dessa votação, o nome dele não sai daí. Então, é para isso que a gente está pedindo...

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Deputado Dr. Yglésio, nos termos regimentais, salvo melhor juízo, não estou aqui lendo o regimento, mas só é excluída a presença dos deputados no caso de verificação de quórum ou no caso de obstrução da sua bancada. Se o deputado quiser permanecer, tem que registrar novamente a presença. Uma vez registrada a presença no plenário, ele votará todas as matérias que sejam de votação simbólica, a não ser que ele se manifeste. É essa decisão. Eu vou suspender porque senão vou esticar a defesa. V. Ex.<sup>a</sup> foi indicado pelo PSB para a CCJ e terá condições, portanto, de dar seu voto na CCJ, representando o

partido de sua defesa.

O SENHOR DEPUTADO DR. YGLÉSIO - Perfeito, presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Deputado Neto, a sessão está suspensa. V. Ex.<sup>a</sup> convoca a CCJ para Parecer sobre recurso de V. Ex.<sup>a</sup>. O parecer da Comissão de Constituição e Justiça, segundo os relatos do Presidente da comissão, é pelo acolhimento do recurso. Vou esclarecer novamente ao Plenário que colocarei em votação o recurso, e não o parecer como assim dispõe o nosso Regimento Interno. Portanto quem vota pelo acolhimento do recurso permaneça como está; quem vota contrário ao acolhimento do recurso se manifeste. O acolhimento do recurso pressupõe que faremos a verificação da votação nos termos do Artigo 208 e 209 do Regimento Interno.

O SENHOR DEPUTADO OTHELINO NETO - Deputado Rodrigo, foi Questão de Ordem, mas é porque essa sessão ficou toda muito confusa, de toda forma, para ficar claro, o meu voto é contrário ao acolhimento do recurso, ou seja, contrário ao Parecer da CCJ.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Eu vou tomar os votos contrários, porque tem que se manifestar. Deputado Othelino Neto, embora está em votação simbólica, Deputado Othelino, Deputado Júlio.

O SENHOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA - Presidente Rodrigo, só para dúvidas. Se nós estamos votando um recurso que há dúvidas com relação a quem está virtualmente participando da sessão.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Vou reiterar V. Ex.<sup>a</sup>.

O SENHOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA - Não precisa mais, quem for votar contrário ao recurso vai se manifestar. Obrigado, Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Exatamente. Nenhum voto mais contrário ao acolhimento do recurso? Foram registrados os votos contrários do deputado Othelino Neto e do Deputado Júlio Mendonça. Advertindo, Deputado Júlio, só a minha manifestação ao desprovimento, ou seja, a recusa do recurso, mas como Presidente da Sessão, eu não voto nessas votações, só em votações ostensivas necessárias nos termos regimentais. Portanto, feito o registro do voto do Deputado Othelino Neto, Deputado Júlio, o meu pequeno registro, que eu peço que seja feito na Ata, porém não há votação. Eu não participo da votação, então pelo que eu compreendo, o recurso foi acolhido pelo Plenário, vencidos os Deputado Júlio Mendonça e Deputado Othelino Neto. Vamos passar à votação nominal. Eu peço para zerar o painel para passarmos à votação nominal.

O SENHOR DEPUTADO OTHELINO NETO - Questão de Ordem, Deputado Rodrigo. Nós vamos...

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - A votação do requerimento. Foi feita, infelizmente, contrária à minha posição, mas o Plenário desta Casa é soberano, desde que respeitado o Regimento, obviamente. Segui as normas regimentais, submeti o recurso e o Plenário interpretou que o Regimento permite que seja feita sempre a verificação de votação, esclarecendo a Casa, porque isso passa agora a orientar novas votações da Casa. O Plenário da Casa, interpretando o Regimento, reviu a interpretação que era da Mesa Diretora, portanto, a partir de agora, toda vez que se pedir a verificação de votação, será feita a votação nominal nos termos do Regimento Interno. Eu quero esclarecer e deixar a Casa bem ciente disso, não se trata de uma posição do presidente, do vice-presidente ou presidente em exercício deputado Rodrigo Lago, mas sim uma decisão do plenário da Casa que reviu a posição da Mesa.

O SENHOR DEPUTADO OTHELINO NETO (Questão de Ordem) – Presidente Rodrigo, Questão de Ordem. Agora, V. Ex.<sup>a</sup> foi didático, então, acho que, de fato, nós inauguramos hoje um novo momento. É bom que fique claro, não só para os colegas, porque eu confesso que, mesmo com a experiência de já ter sido o vice-presidente desta Casa e presidente, por cinco anos, até eu fiquei confuso, dada essa confusão que se criou aqui onde nós modificamos, na prática, respeitando a soberania do plenário, o nosso Regimento Interno, ponto.



Mas que fique claro pra quem está nos assistindo pela TV assembleia. Deputado Júlio, V. Ex.<sup>a</sup> pode até ter uma espécie segundo turno da votação do requerimento, mas vejamos só, a partir de hoje, todo e qualquer projeto de lei ou resolução, que for submetido a este plenário, quando qualquer um dos deputados pedirem votação nominal terá que ser acatada, independente, e não terá que ser submetido pedido ao plenário...

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Só esclarecendo, para não ficar dúvida, quando houver um pedido de verificação da votação simbólica terá que ser acolhido pela Mesa e inaugurar o processo de votação nominal, nos termos do regimento. Essa foi a decisão do plenário, interpretando o Regimento Interno...

O SENHOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA – Presidente Rodrigo, se houver dúvidas.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Sim, se houver dúvidas, e me parece que o plenário deliberou, com o aval, com o parecer da Comissão de Justiça que sempre haverá dúvidas sobre os votos virtuais. Sempre que houver um parlamentar presente, virtualmente, na sessão, havendo um pedido de qualquer dos 42 deputados da Casa, a Presidência da Casa e a Mesa Diretora acolherão o pedido e se procederá nos termos do Artigo 208 e 209, do Regimento da Casa. Eu vou ler novamente e aí depois eu passo para zerar a votação.

O SENHOR DEPUTADO OTHELINO NETO - Eu não concluí a questão de Ordem, mas V.Exa. pode ler, depois eu concluo.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Perdoe, V.Exa. continua com a palavra.

O SENHOR DEPUTADO OTHELINO NETO – Não, é só para dizer o seguinte, caso isso que esteja sendo decidido hoje e que me faz até, deputado Júlio, mediante as coisas que acontecerão pela frente até reavaliar o meu voto, embora não seja mais o momento disso.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Já foi proclamado, deputado Othelino.

O SENHOR DEPUTADO OTHELINO NETO – É, já foi proclamado, eu só quero deixar o registro, se tivesse ficado tão claro, talvez até eu tivesse repensado meu voto, porque isso cria, a partir de hoje, sob pena de Judicialização do que aqui for decidido, ao arripio do que agora se estabeleceu como nova norma, se estabelece inclusive o ambiente de Judicialização de determinados projetos que forem apreciados aqui. É bom que fique claro, porque no afã de simplesmente desaprovejar uma homenagem, criou-se um ambiente aqui jurídico com impacto no Regimento que poderá criar dissabores para o Governo, então, é bom que fique registrado isso.

O SENHOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA – Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Para a gente avaliar as consequências disso.

O SENHOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA – Se V.Exa. puder.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Só para esclarecer, eu concedo já já, só para fazer o esclarecimento que eu interrompi ainda há pouco, para esclarecer a Casa, o Plenário da Casa, de forma soberana, acolheu um recurso do deputado Neto Evangelista, Líder do Governo e Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, com um Parecer favorável, por unanimidade, da Comissão de Constituição e Justiça, de que toda vez que estivermos em processo de votação e que tiver deputados participando, de forma virtual, a qualquer pedido de verificação de votação simbólica formulado, logo após a proclamação do resultado, mas antes de anunciar a próxima proposição na Ordem do Dia, deverá ser acolhido pela presidência da sessão e pela Mesa Diretora. Essa foi a decisão soberana do Plenário da Casa na interpretação do nosso Regimento Interno. Está esclarecido ao Plenário, portanto, a deliberação tomada há pouco, vencidos os deputados Othelino Neto e Júlio Mendonça.

O SENHOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA - Só para deixar claro, presidente, quando houver dúvidas.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO

RODRIGO LAGO - Quando houver dúvidas, sempre que estiver participando deputado de forma remota. Portanto, toda vez que houver um deputado de forma remota participando e este deputado participar da votação, sempre que houver um deputado de forma remota, registrada a presença, bastará qualquer deputado pedir a verificação de votação simbólica, nos termos do artigo 208, desde que o faça em tempo próprio, deverá ser acolhido pela presidência da Casa e pela Mesa Diretora, avaliando a decisão tomada pelo Plenário da Casa. Passo agora a aplicar o artigo.

O SENHOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA – Presidente, isso já está no Regimento, mas triste do homem que judicializa a política. É um dos grandes males do século que nós temos aqui no país inteiro, infelizmente.

O SENHOR DEPUTADO EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Eu tenho que manifestar só para evitar de pensar que sou eu, acho que o deputado Neto não se manifesta sobre minha posição, mas, mesmo que eu assim tivesse dito, eu reiterarei a minha posição pessoal porque é para ficar bem claro. Acho que o Poder Judiciário não é a última porta de qualquer cidadão, está no artigo 5º da nossa constituição, deputado Neto deve conhecer muito bem e, obviamente, sempre que houver lesão ou ameaça de lesão a direito, o Judiciário não poderá fechar as suas portas. Eu acho que isso é a garantia do nosso regime democrático. Que bom que há o Judiciário no nosso país.

O SENHOR DEPUTADO DR. YGLÉSIO – Presidente, eu só queria e também assim asseguro a Vossa Excelência que não se trata de nenhum tipo de fala direcionada a sua fala em resposta, mas na verdade, na Assembleia, nós não temos como jurisprudenciar nem sumular nada em plenário que não seja escrito, votado, que passe pelas comissões e que siga adiante. Até onde eu sei. Então, só para deixar isso muito claro, para não criar depois um clima aí de constrangimento e de tumulto dentro das sessões, então eu acho que é muito oportuna a solução apontada por V. Ex.<sup>a</sup> de fazer alteração regimental para que fique bem claro mesmo e nós sigamos de uma maneira mais célere nas votações, porque, da mesma forma que eu disse ontem em relação à questão de Araioses, eu digo hoje que nós estamos prolongando demais aqui um assunto que não deveria ter tanto tempo da sessão.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Eu concordo com V. Ex.<sup>a</sup>. V. Ex.<sup>a</sup> mesmo já pediu intervenção umas quatro ou cinco vezes e colaborou com o prolongamento dessa discussão.

O SENHOR DEPUTADO DR. YGLÉSIO – Exatamente, eu estou me colocando como culpado.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Eu vou colocar agora em votação, vou aplicar o artigo 209 que diz o seguinte: “*A verificação far-se-á por meio de chamada nominal, proclamando o presidente o resultado sem que constem da Ata as respostas especificamente*”. Esclareço que nós temos que ter 22 deputados presentes se manifestando, pode se manifestar favorável, pode se manifestar contrário ou pode se abster da votação. Não havendo isso, a votação será declarada prejudicada e a proposição será incluída na próxima Ordem do Dia. Peço que seja zerado o painel eletrônico. Vou iniciar o processo de votação nominal nos termos do Artigo 209, Parágrafo 1º do Regimento Interno. Quem vota Sim, para esclarecer o Plenário, quem vota Sim a favor do Requerimento do Deputado Júlio Mendonça, está aprovando o requerimento, portanto, haverá a sessão solene assim requerida pelo Deputado, quem votar Não está desaprovando o requerimento que pede uma sessão solene para os Movimentos Sociais MST, FETAEMA e CONTAG, e também há possibilidade de fazer manifestação de abstenção. Os deputados que estiverem online, como agora será feita a votação nominal, eu farei a chamada aqui, não havendo nenhuma comunicação com o parlamentar, eu o declararei ausente na sessão. Declarar encerrada a votação. Deputado Leandro Bello está presente no Plenário. Nós estamos votando o requerimento, deputado Leandro, do deputado Júlio Mendonça para uma sessão solene em homenagem aos movimentos sociais do campo, MST, FETAEMA e CONTAG. Voto Sim é pela



aprovação do requerimento. Voto Não é pra rejeição e tem também a abstenção. Peço que V. Ex.<sup>a</sup> faça o registro no painel eletrônico. Não há mais nenhum voto a se manifestar na Casa. Portanto, proclamo o resultado, por maioria, feito o registro de 25 votos, por maioria, foi rejeitado o requerimento, por 14 votos, vencidos, com voto a favor do requerimento, 8 deputados e 3 manifestaram abstenção. Portanto, Deputado Júlio Mendonça, infelizmente, o requerimento foi indeferido pela Casa.

O SENHOR DEPUTADO OTHELINO NETO – Deputado Rodrigo.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO – Pois não, deputado Othelino.

O SENHOR DEPUTADO OTHELINO NETO – Evidentemente, respeitando a decisão da maioria, e o Parlamento é algo muito rico mesmo e o Maranhão está sendo vanguarda nacional. Nós temos um governador de esquerda, filiado ao PSB, aliado do Presidente Lula, até outro dia, porque faz tempo que eu não vejo, mas até outro dia a foto do perfil de WhatsApp do Governador do Estado era junto com o Presidente Lula, o Governador tem não sei quantos deputados na base, mas acho que são 40, hoje, aliás, 39, e, por maioria, esta Casa acabou de rejeitar requerimento do Deputado Júlio prestando homenagens ao MST, a CONTAG e a FETAEMA. A democracia é realmente muito rica, registre-se.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Feito o registro, deputado Othelino. Vamos dar sequência a nossa Sessão. Encerrada a Ordem do Dia.

#### V – GRANDE EXPEDIENTE.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Não há orador inscrito no Grande Expediente. Passemos ao Tempo dos Blocos Parlamentares. Pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Maranhão, nenhum orador inscrito. Pelo Bloco Parlamentar União Democrática, indica alguém? Deputado Fernando Braide. Deputado Fernando Braide convidado a ocupar a tribuna por até quatro minutos, com direito a apertes.

O SENHOR DEPUTADO FERNANDO BRAIDE (sem revisão do orador) – Presidente, subo novamente aqui à tribuna, hoje, só para fazer um registro de que eu fui informado sobre o empréstimo que o Maranhão andou pedindo recentemente, semana passada. Eu mesmo subi esta tribuna aqui, votei contra, dei minhas explicações, fiz o pedido de vista para poder ganhar tempo e ter mais informações sobre o assunto, tentei ainda prorrogar por mais um período, mas não consegui pela falta de informações, pela forma que estava sendo apressada a votação desse empréstimo. Um colega olhou toda a movimentação que eu fiz contra e me passou a seguinte informação: ano passado, nós votamos aqui o PEF, que era o Programa de Equilíbrio Fiscal. Para o meu espanto, até hoje, o governo do Estado ainda não aderiu ao PEF. Então, por mais que fosse aprovada, nesta Casa, semana passada, a autorização para contrair o empréstimo, o governo do Estado vai continuar sem conseguir obter um empréstimo porque não fez o dever de casa de aderir ao PEF. Então, é só isso. Eu venho deixar esse meu registro aqui. Vou também fazer um pedido ao governo do Estado, por meio da nossa Casa, de uma indicação ou de um requerimento. Estou vendo com a minha assessoria jurídica qual é a maneira certa de fazer o pedido para saber realmente o que falta ou o que faltou para o governo do Estado aderir ao PEF, porque foi uma reclamação que eu fiz na votação do empréstimo, que foi votado com urgência, que eu também votei contra. O governo veio com muita pressa para pedir esse empréstimo e, no final das contas, não fez o dever de casa, e o empréstimo não deve sair tão cedo. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Convido o deputado Ricardo Seidel, por até cinco minutos, com direito a apertes.

O SENHOR DEPUTADO RICARDO SEIDEL (sem revisão do orador) - Bom dia, senhores. Bom dia, presidente. Bom dia, Maranhão. Quando assumimos aqui, mesmo que por um período transitório, prometemos fortalecer, pautar e defender tudo aquilo que for inerente

ao agronegócio. Tínhamos o decreto que, a partir do dia 1º de abril, iria se dobrar o ICMS na venda para outros estados do gado. Nós iríamos ter uma perda muito grande no agronegócio, uma perda muito grande, principalmente para as famílias maranhenses. E antes de chegar o dia 1º, ainda nesse primeiro mês de mandato, conseguimos, junto com os deputados, pelo que parabeno todos aqueles que fizeram frente, formar uma bancada, mesmo que não formal, mesmo que uma bancada feita de forma não legalizada, mas de forma que todos defendem o agronegócio, para conversar com o próprio governador, conversar com a secretaria. Na data de ontem, tivemos uma grande vitória para o agronegócio maranhense: o imposto que iria ser dobrado na venda do gado foi retroagido. Então, a partir desse momento, onde estamos vivendo o momento que estamos nos livrando da questão da aftosa, onde o gado do Maranhão poderá ser vendido, exportado, onde o gado do Maranhão poderá ser comercializado a outras esferas, ter tal imposto na dobra da venda do gado seria uma grande falência do agronegócio. Recebemos essa missão das mãos do presidente do sindicato rural de Imperatriz, Glen Maia, assim como outros presidentes de outros sindicatos rurais da nossa região, e conseguimos, junto com o diálogo, junto com o fazer entender essa pujante economia, com que o Governo entendesse. Parabeno a cada deputado que somou frente nisso. E hoje temos, sim, uma confiabilidade para o homem do campo continuar criando o gado e a certeza de que, livre da aftose, poderá, sim, vender com uma tributação sem esse aumento. Que Deus abençoe. É para isso que estamos aqui e vamos continuar trabalhando, segmentalmente por cada região, por cada segmento, por cada bandeira que representamos. E não poderia, é claro, deixar de falar que hoje acabamos de vencer também mais uma barreira com relação a uma homenagem, a uma sessão alusiva ao MST, movimento do qual não concordo, movimento do qual a gente vê de outra forma, com outro olhar. E não poderia deixar o meu voto a não ser um voto contrário a esse movimento que tem, sim, prejudicado o agronegócio no nosso estado, assim como no Brasil todo. Que Deus abençoe. Seguindo firme, trabalhando por um Maranhão melhor. Agronegócio, estamos juntos!

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Encerrado o tempo do bloco União Democrática. Pelo Bloco Parlamentar Juntos pelo Maranhão, Deputado Dr. Yglésio. É o Dr. Yglésio. É outro lado, Deputado Júlio.

O SENHOR DEPUTADO DR. YGLÉSIO (sem revisão do orador) - Bom dia a todos. Senhoras e senhores, hoje, é um dia de muita satisfação. A gente receber a notícia “Assembleia publica edital de convocação de aprovados em concurso” para mim é uma grande alegria, porque só Deus sabe quem estava aqui na legislatura passada, o quanto foi penoso para nós atravessar aquele momento do primeiro concurso que foi feito, onde uma fundação, se valendo da boa-fé da Casa, nitidamente, praticou atos que levariam pessoas que não estavam habilitadas a assumir as vagas assumirem. Onde é que estão essas pessoas que foram aprovadas no primeiro concurso que não chegaram a nem ser classificadas em quase sua totalidade agora? O que mudou? Mudou a fundação, que fez um trabalho ético, um trabalho justo, um trabalho probo. E eu felicito os que foram convocados hoje e felicito também os que, logo, logo, irão assumir seus cargos e trabalhar aqui na Casa do povo, na Assembleia Legislativa do Maranhão. O segundo ponto que eu gostaria de tratar é em relação à perda que o Brasil está tendo de divisas, de dinheiro, de recursos para fora do país por conta dessas apostas esportivas. Olhe o dado nefasto publicado hoje. Mercado de apostas movimentou R\$ 120 bilhões. A matéria traz dados da Associação Brasileira de Supermercados e Atacados mostrando que o consumo dos supermercados reduziu em torno de 20%. As pessoas já estão investindo cerca de 5% da sua renda, todo mês, em jogo, e isso é mais evidente ainda nas classes mais humildes, nas classes C/D. Infelizmente, as pessoas estão sendo levadas a um caminho de, ao invés de buscar fazer poupança, tentar jogar e isso obviamente leva à falência pessoal, a dificuldades financeiras, dentro de casa, a falta de comida, às vezes, na mesa, já está tão caro o alimento a carestia alimentar é tão grande o arroz R\$ 42, a pessoa quer comprar um azeite, hoje, em dia está a R\$ 35, R\$ 40, está um verdadeiro absurdo. A carne, o valor



reduziu, por conta de movimentos internacionais de demanda da China, reduziu lá o consumo de carne brasileira, aqui o preço caiu. Tem aí pecuarista que está pendurando a chuteira, porque pegou prejuízos milionários. Enfim, essa jogatina, essa falta de política pública contra jogo, ao contrário, o governo federal fez foi aprovar lei para legalizar mercado de apostas e de joguinhos, vejam vocês, o absurdo, mas, infelizmente, continua a ilegalidade, por quê? Porque quando o governo quer regular a empresa chinesa virtual, ele não vai conseguir. Eles ficam mudando os sites - eles ficam mudando os sites - e a partir disso, a gente não tem como fiscalizar e as pessoas continuam aí fomentando, com seu dinheiro sofrido, suado, organizações criminosas que faturam com isso, com lavagem de capitais, com associação com tráfico de drogas e tantas coisas imundas parecidas com isso. Então, fica aqui, mais uma vez, o alerta é preciso política governamental e legislativa também. Atuação firme do Congresso Nacional, o que a Assembleia Legislativa do Maranhão podia fazer, ela fez. Criou uma lei pra proibir pessoas de divulgarem, aqui no Maranhão, por quê? Porque eles influenciam de maneira indevida, com propaganda enganosa, com promessa de lucro, promessa de vida boa, de vida fácil, induzem, subliminarmente, as pessoas de que elas ficarão ricas e que andarão de Land Rover, terão bolsas da Louis Vuitton, cintos da Chanel e coisas similares, essa falsa ilusão cria nas pessoas, principalmente menos instruídas, um desejo de jogar. O jogo, como álcool, como a cocaína, como a heroína, como o crack, tende a viciar, lamentavelmente. Então, fica essa reflexão aqui sobre isso. E para finalizar, não poderia deixar de parabenizar a Assembleia Legislativa, por ter vetado uma homenagem, aqui na Casa, a essa organização terrorista, chamada MST. Mais um pouquinho, a gente homenageia o Hamas, aqui na Casa, se for pensar dessa forma, porque o MST tenta invadir STF, em Brasília. MST destrói 15 anos de pesquisa em biotecnologia, aqui em 2018, invasão, na Câmara, pelo MST, em 2006, causa tumulto e deixa 24 feridos. Quantos feridos nós tivemos no 08 de janeiro? Praticamente nenhum. E tem pessoas lá condenadas a 17, 18 anos de prisão. Aqui tinham armas. Lá não tinham armas. Mas iam abolir violentamente, abruptamente, o Estado Democrático de Direito. Estão lá condenados. O MST está tentando ser homenageado aqui na Casa pelos partidos de esquerda. E fica essa reflexão. A Casa se posiciona de maneira muito decente nesse momento, porque ninguém está criticando uma homenagem à Fetaema, o trabalhador rural ele precisa de fato ser visto, ouvido, acolhido, ter os seus direitos, mas o MST não. O MST é a organização terrorista e criminosas que não merece nenhum tipo de homenagem da Assembleia Legislativa do Maranhão. Para finalizar, a gente não pode deixar de refletir dois pesos e duas medidas. Homenagear uma pessoa que tem uma luta destacada na inclusão, Michele Bolsonaro, não pode. PCdoB atravessa aqui pedindo Questão de Ordem porque ela não tem 10 anos. O Geraldo Alckmin tinha? Não tinha. Eu votei a favor, por quê? Por educação. Colega quer fazer uma homenagem a alguém que pode ter uma contribuição com o Maranhão, porque eu não defendo falta de diálogo com quem está no poder, até por isso que eu faço parte aqui da base do governo. Meu posicionamento é de direita, mas eu dialogo como o Lula, o presidente Lula, tem lá União Brasil, o PP, tem deputado do PL que vota com ele, por que aqui eu não posso votar com o governo Brandão? Não posso ter relacionamento? É inadmissível um questionamento em relação a isso, mas fica aqui a mensagem: vamos ter coerência. Ninguém quer obstar homenagem de colega, nós queremos um critério único, critério da pluralidade. Aí, sim, eu tenho certeza de que a gente vai ter sessões muito mais produtivas, que a gente não fique aqui discutindo 50 minutos, 1 hora, homenagem ou não a MST na Casa. Chegou, votou, ganhou no voto, está resolvido. Perdeu no voto, está resolvido. Façamos assim. Mas manobras para impedir Título de Cidadania por conta de convicção política é uma descortesia tremenda. Com quem é descortês comigo, eu sou descortês em dobro. Infelizmente, é como eu sou e me perdoem as pessoas que se sentem ofendidas. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RODRIGO LAGO - Convido agora o deputado Júlio Mendonça por dez minutos, com direito a apertes.

O SENHOR DEPUTADO JÚLIO MENDONÇA (sem revisão

do orador) - Senhor presidente da Mesa, deputado Rodrigo Lago, demais membros, deputado Antônio Pereira, demais companheiros e colegas de trabalho, imprensa, internautas, queridos amigos e amigas, movimentos sociais, sociedade de forma geral. De fato, hoje nós vivemos uma situação inusitada, na Assembleia, com a votação do requerimento apresentado por mim para homenagear os movimentos sociais do campo do MST, da Fetaema e da Contag, pelo seu aniversário, pela sua história. Quero aproveitar para agradecer muito ao senhor presidente Rodrigo Lago pela sua postura democrática, séria e alinhada com o que de fato a gente defende de uma sociedade mais justa, de uma sociedade inclusiva, de uma sociedade que não segregue. Então, eu quero fazer esse registro da sua postura de estadista, da sua postura democrática que além de subscrever também o requerimento, como também o deputado Othelino Neto fez. Quero agradecer todos, as pessoas, os outros deputados, Zé Inácio e demais deputados que votaram a favor do requerimento e também lamentar o equívoco, mas faz parte do jogo democrático também. Agradecer aos deputados que puderam manifestar sua posição perante esse tema tão importante que é o papel dos movimentos sociais na defesa da democracia, na defesa do Brasil mais inclusivo. Quero agradecer a todos e já pedir inclusive desculpa pelo eventual excesso, faz parte do processo, mas acredito que nós fomos hoje grandes vencedores, porque primeiro que é necessário nortear de que lado do rio as pessoas se posicionam. Se é do lado de fato do estigma do passado onde é a Direita aqui nesse país dominou de uma forma, alimentavam os latifúndios, alimentavam o trabalho escravo e do outro lado de um Brasil mais moderno, produtor de alimentos saudáveis. É isso que representa hoje os movimentos sociais. É isso que representa hoje o MST. É isso que representa hoje a Contag, que buscam discutir o país sob uma ótica popular, sob uma ótica que as riquezas não podem ser para poucos, que as riquezas precisam ser para todos, que não é possível que o Maranhão se desenvolva somente para poucos, mas que o Maranhão precisa caminhar no seu destino de fazer com que seu povo, onde mais de 60% ainda depende de bolsa família, de subvenções. Não existe forma de desenvolvimento sustentável sem colocar essas famílias mais pobres para produzir, para gerar emprego. E dada a natureza, a vocação desse estado em ser um estado produtor de alimentos, não é possível tirar, segregar os menores desse processo produtivo e muito menos fazendo com que essas pessoas sejam tratadas como marginais. O MST hoje desempenha um papel importante no país. Ele é o maior produtor de arroz orgânico da América Latina, tem um papel fundamental na produção de alimentos saudáveis, da preservação da natureza, da preservação dos nossos rios, da defesa de um país mais justo. É esse o projeto, que já foi compreendido pelas universidades, pelos centros de pesquisas, que já foi compreendido pela ONU, da necessidade de produzirmos alimentos saudáveis e preservando o ambiente. Esse é o crime que o MST comete, defender essa forma de um país mais justo. Esse é o grande crime que o MST comete, que a FETAEMA comete, que a Contag comete. Mas, senhoras e senhores, queridos amigos e amigas, isso só fortalece a nossa luta. Nós vamos recorrer, estamos avaliando porque é necessário que a gente não se curve perante os equívocos, que a gente não se curve perante as manobras feitas hoje, porque foi aprovado e praticamente foi mudada a regra dos jogos. E eu quero aqui fazer um apelo ao governador Carlos Brandão que analise, reavalie a sua postura política, diante da relação com governo federal, com o governo Lula. Toda semana, nós temos ministro aqui querendo ajudar o estado, e é claro, eu quero dizer, claramente, que não é uma postura do governo e aqui eu quero, do governo Carlos Brandão, porque o líder do governo, apesar de ter cometido um grande equívoco, o deputado Neto Evangelista, que eu tenho o maior respeito pelo deputado Neto Evangelista, mas ele se deixou levar por uma história da direita ultrapassada. Porque a direita moderna, que eu sou da esquerda, mas a direita moderna que defende as suas ideias liberais, eu respeito. Mas eu quero dizer que eu defendo a pluralidade, mas a minha identidade, a minha identidade é negociável. Eu não negocio minha identidade, eu a defendo e respeito todo mundo que defende as suas identidades. E a minha identidade é negociável. Vou continuar defendendo a produção de alimentos saudáveis,



vou continuar a defender a democratização da terra, vou continuar defendendo o direito que as pessoas possam, nas gerações futuras, terem condições de sobreviver num país, ecologicamente, equilibrado. Então, nós somos grandes vencedores, porque esse debate veio à tona, sem querer fazer discurso fácil, tenho sim, a tristeza de termos reprovado o requerimento, mas tenho alegria de que a luta continua, e peço que essa Casa reavalie, reavalie a sua postura, porque, na verdade, nós temos que governar não para dentro, nós temos que falar não para dentro desse plenário, mas sim para as pessoas que nos colocaram aqui, quem me colocou aqui, a grande maioria foram as quebradeiras de coco, foram os agricultores familiares, foram os professores, foram as pessoas que mais precisam, e eu não posso legislar, eu não posso exercer minha atividade parlamentar, de costa para essas pessoas, por isso encerro nesse momento, sugerindo que essa Casa reavalie, reavalie, de fato, qual caminho, e qual o Maranhão que a gente quer discutir, não carrego nenhum tipo de rancor, nem magoa, Deus, graças a Deus, me livrou de tudo isso, e me deu muita coragem para continuar defendendo. Por isso, senhor Presidente, mais uma vez, muito obrigado, e parabéns pela sua postura, que demonstrou alinhamento com que o senhor defendeu na agricultura familiar, na SAF, no governo passado, o alinhamento que V. Ex.<sup>a</sup> defendeu nas suas posturas todas, quando nós estivemos em várias frentes de batalha, só ocorreram as pessoas que tiveram suas casas destruídas, como foi lá em Cantanhede, parabéns, eu agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> e a todos deputados também, que nos fizeram hoje esse dia, um dia que tem que ficar realmente para história dessa Casa, para que nunca mais se repita, uma tamanha injustiça contra pessoas que trabalham, de pessoas que são, que querem, de fato, que colocam a sua vida em defesa da democracia, em defesa do Maranhão mais justo, e um país mais justo, muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO DAVI BRANDÃO - Agradeço ao deputado Júlio. Convido o deputado Rodrigo Lago, por até 10 minutos.

O SENHOR DEPUTADO RODRIGO LAGO (sem revisão do orador) - Senhor presidente deputado Davi Brandão, senhores deputados, senhoras deputadas, membros da imprensa, pessoas que nos acompanham pelos canais da TV Assembleia. Eu queria, inicialmente, deputado Júlio, e para isso que eu me inscrevi aqui na tribuna, deixar alguns fatos mais esclarecidos. Eu queria parabenizar V. Ex.<sup>a</sup> pela iniciativa de defender aqui, nesta Casa, os movimentos sociais do campo. V. Ex.<sup>a</sup> tem feito essa defesa com proposições, com projetos de lei, alguns inclusive já aprovados na Casa e, posteriormente, sancionados. No governo tem se posicionado contra algumas proposições que atacam diretamente a agricultura familiar, os nossos agricultores, nossas agricultoras, nossas quebradeiras de coco babaçu, que são muitas, são milhares aqui no nosso estado do Maranhão. Então, eu queria parabenizar o mandato de V. Ex.<sup>a</sup>, a posição sempre firme de V. Ex.<sup>a</sup> na defesa das suas convicções, que também são as mesmas minhas, como V. Ex.<sup>a</sup> disse ainda há pouco. Eu vim para a tribuna porque ocupar um cargo na Mesa Diretora, o deputado Antônio Pereira sabe muito bem disso, está aqui presente nosso Primeiro Secretário, impõe ao deputado alguns ônus, e esses ônus é exatamente de tentar, dentro da Mesa Diretora, na condução dos trabalhos da Casa, funcionar como magistrado, especialmente de quem preside uma sessão. E eu acho que eu tenho me desincumbido muito bem dessa missão, até aqui tentei, na presidência da Assembleia Legislativa, mesmo quando discordando das matérias que estavam em discussão e em votação na Casa, sempre apresentando minha posição de forma individual e não interferindo pelas minhas convicções ideológicas no processo de votação da Casa. Como eu disse no processo de votação ainda há pouco, da sessão solene requerida por V. Ex.<sup>a</sup> em favor dos movimentos sociais do campo, eu votaria de muito coração a favor, assim como pedi a subscrição. Na verdade, pelo processo simbólico, acabamos que chegamos todos a votar a favor com 8 ou 9 votos contrários, mas na presidência, na condução da Casa, eu não podia negar o Regimento Interno e apliquei como assim entendia correto o Regimento Interno, que era impedir que uma votação, que já tinha se encerrado na Casa, fosse restabelecida. Mas eu não podia negar também ao parlamentar o direito de recorrer ao Plenário. Fiquei vencido no debate, fiquei vencido no seu requerimento, porque para mim era uma sessão solene em homenagem a esses movimentos sociais, à Federação dos Trabalhadores do Campo, à Contag, que congrega todas as federações no âmbito

nacional dos trabalhadores rurais, como também o MST, que é um movimento que comete suas falhas, obviamente, como todos nós cometemos, como parlamentares também cometemos, mas que tem muitos méritos. E se há um mérito hoje do MST aqui, na Assembleia Legislativa, nesta Casa Legislativa, é exatamente apresentar a face de cada um aqui na votação, porque todos nós também carregamos o ônus da manifestação de voto que nós fazemos aqui nesta Casa. Então, lamento novamente porque é um debate que é permanente. Nós estamos, há três semanas praticamente, fazendo o mesmo debate aqui da Casa do que é extrema direita do que pode ser extrema esquerda. Nós que fazemos parte da centro-esquerda, da esquerda do Maranhão, deputado Júlio, lamentamos profundamente porque o projeto eleitoral do qual participamos e pelo qual chegamos até esta Casa, a bancada do PCdoB, que é a segunda maior bancada desta Casa. E aí destaco muito especialmente a importância, infelizmente, o nosso partido acabou, dentro duma conjuntura de regras regimentais, excluído, pelo segundo ano consecutivo, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa. É um fato que eu lamentei lá atrás, lamento novamente e reiterarei quantas vezes forem necessárias a exclusão deste importante partido, que é o Pcdob, que trouxe um debate a esta Casa. E fica novamente o convite que eu faço. O Deputado Neto Evangelista, líder do Governo, já não está mais na Casa, esclareceu que tinha uma posição pessoal contra esse requerimento. Mas eu faço um apelo ao Governo para que oriente o líder da Casa a nesses casos encaminhar a votação favorável. O Governo foi eleito, Deputado Júlio, mas a esquerda foi uma frente ampla de esquerda. E como eu disse, Deputado Antônio Pereira, Deputado Davi, que agora preside a sessão, eu, na minha manifestação pessoal, admito, entendo e compreendo que o Governo deva dialogar também com outras frentes e eu acho que para isso a gente pode conversar tranquilamente com o centro. Pode conversar até, me entendam e compreendam, até mesmo com a centro direita. Mas jamais dialogar, abrir espaço para o bolsonarismo, que é o que representa hoje a extrema direita no país, é a mesma extrema direita no nosso país que tentou dar um golpe, tentou cassar o nosso Presidente Lula, tentou anular o resultado soberano do povo brasileiro, manifestado pelo processo de votação eletrônica do nosso país, tentou e conseguiu invadir a sede dos Três Poderes da República, mas esbarrou na nossa Constituição, esbarrou no Poder Judiciário firme e forte, esbarrou no Poder Legislativo firme e forte e esbarrou também em um poder central do nosso Planalto Central, com o nosso Presidente Lula liderando o processo, com o nosso ex-ministro da Justiça Flávio Dino conduzindo muito bem. Paramos o golpe de estado que estava em curso. E hoje as revelações que são feitas são realmente estarrecedoras. Havia minuta de golpe de estado escrita, redigida pelo ex-ministro da Justiça do governo Bolsonaro. O golpe de estado não se consumou pela força da nossa democracia. É com essa extrema direita que, infelizmente, infelizmente, lamentavelmente o nosso Governo eleito mais à esquerda, está dialogando e abrindo espaço. E eu acho que essa votação de hoje revela isso. Mas eu digo isso hoje, aqui da tribuna, mais uma vez dizendo, faço essa manifestação individual dentro do meu mandato e não admito censura às minhas manifestações como não tenho admitido desde sempre. Eu acho que a liberdade parlamentar me foi outorgada pelo povo do Maranhão, por quem me votou dentro do sistema representativo da nossa Constituição da República. E eu acho que é para isso que eu fui eleito, é exatamente para expor essas contradições. E mais uma vez convidar o nosso Governador Carlos Brandão, o Governo do Estado a orientar a sua base na Assembleia. Nós elegemos um governo de centro-esquerda, abrimos uma frente mais ampla com o centro. Mas dialogar e aceitar e estruturar a extrema direita no nosso estado para mim é algo realmente que deve ser repudiado pela base do Governo aqui na Assembleia e pelo Governo do Estado. Fiz esse apelo três semanas atrás. O assunto, infelizmente, volta ao debate. E quem trouxe esse debate hoje para Casa não fui eu. Não foi o Deputado Rodrigo Lago. Quem trouxe o debate para a Casa hoje novamente foi o Deputado Neto Evangelista, líder do Governo. Infelizmente ele tem feito mais uma vez gestos para a extrema direita, que condena os movimentos sociais do campo. É esse apelo que eu faço ao Governador Carlos Brandão, que é do Partido Socialista Brasileiro, foi eleito mais centro esquerda, numa aliança que fizemos, numa frente ampla a partir do Governo Federal, a partir das eleições para a Presidência da República, uma frente ampla para derrotar o Bolsonarismo. Nós



vencemos nas urnas. Nós não podemos perder na governabilidade. A esquerda continuará dando apoio ao Governo do Estado. O Governador Carlos Brandão pode contar com o Pcdob. O Pcdob, Deputado Júlio, nós que fazemos parte dessa bancada do PCdoB na Assembleia, a segunda maior bancada da Casa, estruturou esse projeto há muitos anos, elegemos o governador Flávio Dino e o vice-governador Carlos Brandão, em 2014, reelegemos o governador Flávio Dino e o vice-governador, em 2018, ambas as eleições em primeiro turno com a ampla maioria da aprovação do povo do Maranhão, depois elegemos, novamente, 2022, e nós não podemos abdicar dessa vitória eleitoral, democrática que foi consumada e registrada e garantida pela Justiça Eleitoral, na hora que proclamou o resultado, conversando, dialogando e abrindo espaço para a extrema direita a implodir o próprio governo. Esse apelo que eu faço, um simples requerimento de homenagem a movimentos sociais do campo, algo que talvez nem precisasse ser submetido à votação e infelizmente foi derrotado no plenário. E eu faço esse registro aqui, porque eu estava presidindo a Casa, me arrependo, deputado Júlio, eu queria estar no plenário para poder vir para a discussão, mas, como magistrado que deve ser sempre quem preside a sessão desta Casa, eu conduzi de forma, de fato, imparcial, manifestei a minha posição pessoal, mas não pude, infelizmente, tomar partido nas discussões porque, se assim o fizesse, eu teria que ter deixado a Presidência da Casa. Para mim, era algo tão óbvio que, num partido, num estado em que uma frente ampla de esquerda elege a esmagadora maioria dessa Casa, salvo engano, quase 30 deputados, nessa Casa, representando, portanto, mais de dois terços da Casa nós tivéssemos dificuldade de aprovar um simples requerimento para a sessão solene. Infelizmente, liderou o processo de derrubada desse requerimento, o deputado Neto Evangelista, que hoje ocupa a liderança do governo. Fica, mais uma vez, para a reflexão, eu farei isso quantas vezes forem necessárias. Já disse aqui e reiterarei minha posição, eu não abdicoo um milímetro das minhas convicções, vencido ou vencedor, defenderei sempre o que minha consciência determina, parabênizo, mais uma vez, o deputado Júlio Mendonça, parabênizo também todos os deputados que votaram a favor da sua Proposição, lamento, profundamente, fica aqui minha manifestação de desagravo ao MST. Meu muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO DAVI BRANDÃO - Agradeço ao deputado Rodrigo.

#### VI – EXPEDIENTE FINAL.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO DAVI BRANDÃO - Inscrito no Expediente Final, Deputado Dr. Yglésio.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO DAVI BRANDÃO - Agradeço ao Deputado Yglésio. Passaremos à inclusão da Ordem do Dia de amanhã. Nos Termos do Regimento Interno, determino a inclusão na Ordem do Dia da Sessão Ordinária de quinta-feira, 04 de abril de 2024, das seguintes proposições: Proposta de Emenda Constitucional número 02/2024, de autoria da Deputada Iracema Vale; Projetos de Lei, em 2º turno, nº 34/2024; Mensagem nº 09/2024, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 106/2023, de autoria do Deputado Carlos Lula, Projeto de lei nº 416/2023, de autoria do Poder Judiciário; Projeto de Lei, 1º turno, nº 716/2023, de autoria da Deputada Solange Almeida; Projeto de Lei nº 753/2023, de autoria Deputada Solange Almeida; Projeto de Lei nº 045/2023, de autoria da Deputada Iracema Vale; Projeto de Resolução Legislativa, em 1º turno, nº 17/2024, de autoria da Mesa Diretora; Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2024, de autoria da Mesa Diretora. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão.

#### DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS RESENHA DE EXPEDIENTE MESA DIRETORA RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA

Nº 286/2024, de 02 de abril de 2024, tornando sem efeito a exoneração de **JOÃO PEDRO ARAGÃO**, do cargo em Comissão Símbolo DAI-4 de Assessor de Logística e Transporte constante na Resolução nº 242/2024 e a nomeação de **PEDRO LOPES ARAGÃO FILHO**, para o cargo em Comissão Símbolo DAI-4 de Assessor de Logística e Transporte, constante na Resolução Administrativa nº

243/2024, ambas publicadas no Diário Oficial da ALEMA nº 055 de 26 de março do ano em curso.

Nº 287/2024, de 02 de abril de 2024, **exonerando FRANCISCO BORGES DE OLIVEIRA**, do Cargo em Comissão, Símbolo DAS-1 de Assessor Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal deste Poder, a partir do dia 1º de abril do ano em curso.

Nº 288/2024, de 02 de abril de 2024, **nomeando MARIANA BEATRIZ SOUSA DE OLIVEIRA**, para o Cargo em Comissão, Símbolo DAS-1 de Assessor Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal deste Poder, a partir do dia 1º de abril do ano em curso.

Nº 289/2024, de 02 de abril de 2024, **exonerando MARIA JOANA VIEIRA DA SILVA NETO**, do Cargo em Comissão, Símbolo DANS-1 de Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal deste Poder, a partir do dia 1º de abril do ano em curso.

Nº 290/2024, de 02 de abril de 2024, **nomeando JOSIEL TEIXEIRA DA COSTA**, para o Cargo em Comissão, Símbolo DANS-1 de Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal deste Poder, a partir do dia 1º de abril do ano em curso.

Nº 291/2024, de 02 de abril de 2024, **exonerando CLAUDIO FONTANA RODRIGUES SOUSA**, do Cargo em Comissão, Símbolo DANS-3 de Chefe de Gabinete, do Quadro de Pessoal deste Poder, a partir do dia 1º de abril do ano em curso.

Nº 292/2024, de 02 de abril de 2024, **nomeando CLAUDIENE CANTANHEDE SOUSA**, para o Cargo em Comissão, Símbolo DANS-3 de Chefe de Gabinete, do Quadro de Pessoal deste Poder, a partir do dia 1º de abril do ano em curso.

Nº 293/2024, de 02 de abril de 2024, **exonerando**, a pedido, **PAULO ROBERTO ALMEIDA NETO**, do Cargo em Comissão de Chefe da Assessoria Especial, do Quadro de Pessoal deste Poder, a partir do dia 1º de abril do ano em curso.

#### PORTARIA Nº 234/2024

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, com fundamento no artigo 31, inciso III da Constituição Estadual do Maranhão e no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o que consta do Processo 6721/2023 – ALEMA,

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores WILLIAM RIBEIRO NUNES NETO, matrícula nº 2816270, para Gestor, SILVIO ROCHA LIMA FILHO, matrícula 1624865 e GUSTAVO NOLETO DE ARAUJO, matrícula nº 2814085, como Fiscal e Fiscal Substituto do Contrato nº 09/2024-AL e seus aditivos, firmado entre a Assembleia Legislativa do Maranhão e a empresa OI S/A (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL), referente a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de telefonia fixa comutada (STFC), nas modalidades Local e Longa Distância (LDN), nos tipos fixo-fixo e fixo-móvel, de acordo com as normas e regulamentos específicos, aplicáveis ao serviço, pelos contratos ou termos de concessão, permissão ou autorização celebrados entre as Prestadoras dos serviços e Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL para atender as necessidades da Assembleia Legislativa do Maranhão, conforme determina o Art. 25 da Resolução Administrativa nº 955/2018 e o Art. 67 da Lei 8.666/93.

Art. 2º O Gestor, o Fiscal e o Fiscal Substituto deverão realizar todos os procedimentos legais pertinentes à atribuição recebida e agirá em conformidade com as normas de direito vigentes, as especificações contidas nas resoluções e nos processos administrativos.

Art. 3º O Fiscal Substituto substituirá o Fiscal do Contrato em suas ausências ou impedimentos legais e durante este período assumirá todas as atribuições deste.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se todas as disposições anteriores.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

GABINETE DA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 26 de março de 2024. Deputada **IRACEMA VALE** - Presidente



## PORTARIA Nº 243/2024

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, com fundamento no artigo 31, inciso III da Constituição Estadual do Maranhão e no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o que consta do Processo nº 2895/2021-ALEMA,

## RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor CAIO VICTOR RODRIGUES MOREIRA LIMA, matrícula nº 2817138 como Gestor e os servidores LUIS FELIPE PORTO BORGES, matrícula nº 2812527 e VALTERLAN OLIVEIRA DA COSTA, matrícula 1629666, lotados na Diretoria de Administração, para atuarem, respectivamente, como Fiscal e Fiscal Substituto, do Contrato nº 036/2022, firmado entre a Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão - ALEMA e a Empresa M. L. MUNIZ - ME, cujo objeto refere-se a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e operacional no sistema de ar-condicionado e refrigeração do prédio principal, guarita da Sede Social da ALEMA e Creche Escola Sementinha, conforme determinam o Art. 25 da Resolução Administrativa nº 955/2018 e o Art. 67 da Lei 8.666/93.

Art. 2º O Gestor, o Fiscal e o Fiscal Substituto deverão realizar todos os procedimentos legais pertinentes à atribuição recebida e agir em conformidade com as normas de direito vigentes, as especificações contidas nas resoluções e nos processos administrativos.

Art. 3º O Fiscal Substituto substituirá o Fiscal do Contrato em suas ausências ou impedimentos legais e durante este período assumirá todas as atribuições deste.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se todas as disposições anteriores.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

GABINETE DA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 1º de abril de 2024. Deputada IRACEMA VALE - Presidente

Ofício nº 08/2024 – GAB. ANA DO GÁS

São Luís 03 de Abril de 2024

À Sua Excelência Senhora

Deputada Iracema vale

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão

Nesta

Assunto: Comunicado de retorno ao exercício do mandato

Senhora Presidente,

Nos termos do Regimento desta Casa, comunico a Vossa Excelência do meu retorno ao exercício do cargo de Deputada Estadual, tendo em vista minha exoneração a pedido do cargo de Secretária Extraordinária de Assuntos Legislativos, devendo ser considerada a partir de 1º de Abril do ano em curso.

Solicito ainda, o devido registro junto aos demais setores da Assembleia Legislativa.

Cordialmente,

  
ANA DO GÁS  
Deputada Estadual



ESTADO DO MARANHÃO  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
PALÁCIO MANUEL BECKMAN  
DIÁRIO DA ASSEMBLEIA  
PODER LEGISLATIVO

EDITADO PELA DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
Registro no cartório de títulos e documentos sob os números 1.780 e 24.950.  
Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N - Sítio Rangedor - Calhau  
Fone (98) 32693701 CEP.: 65071-750 - São Luís - MA  
Site: www.al.ma.gov.br - E-mail: diario@al.ma.gov.br

IRACEMA VALE  
Presidente

RICARDO BARBOSA  
Diretor Geral

BRÁULIO MARTINS  
Diretoria Geral da Mesa

JACQUELINE BARROS HELUY  
Diretoria de Comunicação

FLÁVIO FREIRE  
Núcleo de Suporte de Plenário

VITTOR CUBA  
Núcleo de Diário Legislativo